

# Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Supremo julga disputa sobre execução fiscal** ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Previdência aberta entra em nova fase** ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Previdência aberta redesenha a sua oferta sob novas regras** ..... 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Providências - APOSENTADOS** ..... 10

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS começa a pagar primeira parcela do 13º nesta 4ª; veja calendário e como consultar o valor (inss)**  
..... 12

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Abril Azul: saiba como ter benefícios do INSS** ..... 14

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Benefício suspenso por informação de óbito - RECLAMAR ADIANTA** ..... 15

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS faz alerta para possibilidade de golpes no salário-maternidade** ..... 16

BLOG DO ANCELMO GOIS - ANCELMO.COM  
SEGURIDADE SOCIAL

**Na ação contra o INSS, Fernanda Montenegro cita dados e conta bancária alteradas: Vítima de sucessivas fraudes**  
..... 18

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Já é tempo de uma nova Reforma da Previdência?** ..... 19

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4** ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**53% dos MEIs são empregados de outras empresas, sugere estudo** ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Lula assume o controle da crise com Congresso** ..... 23

A GAZETA - MACAPÁ - AP - GERAL  
SEGURIDADE SOCIAL

<b>Governo quer regulamentar teto do funcionalismo e coibir 'supersalários', diz Tesouro</b>	<b>25</b>
.....	
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
<b>PEC do Quinquênio causa alarde no Governo Federal</b>	<b>27</b>
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
<b>Saiba como declarar o Imposto de Renda pela primeira vez (Imposto de Renda)</b>	<b>28</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
<b>O que são ganhos de capital? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO</b>	<b>33</b>
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Inca defende aumento de imposto sobre bebidas</b>	<b>34</b>
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Clima político ruim e sucessão na Câmara deixam cronograma da reforma tributária indefinido (Reforma tributária)</b>	<b>35</b>
.....	
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Imposto Seletivo sobre insumos para energia limpa e saúde (Reforma tributária)</b>	<b>37</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Empresas gastam mais com juro do que com investimento</b>	<b>39</b>
O POPULAR - GO - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Insegurança jurídica na reforma (Artigo)</b>	<b>41</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Para meta de 2025, governo precisa de R\$ 50 bi até agosto</b>	<b>42</b>
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Cenário favorável para garantir o rendimento da aposentadoria</b>	<b>43</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Copom ganha flexibilidade para mexer com os juros - ALEX RIBEIRO</b>	<b>45</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Investimentos no PIB dão sinais de fortalecimento no 1º trimestre</b>	<b>47</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>Mercado agora vê Selic a 9,75% no fim de 2024 com piora no cenário</b>	<b>49</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - MUDANÇAS CLIMÁTICAS ECONOMIA	
<b>Evento extremo pode levar mais de 3 milhões de brasileiros à pobreza</b>	<b>51</b>
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	

Gasto obrigatório cresce e pode causar 'apagão' no governo.....	52
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS ECONOMIA	
Duas rodas em alta na busca de renda extra.....	53
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO ECONOMIA	
Indicadores do Cenário Internacional - SAUMÍNEO NASCIMENTO.....	56
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Empresários preocupados com ajuste fiscal do governo.....	58

# Supremo julga disputa sobre execução fiscal

**Marcela Villar De São Paulo**

O placar começou desfavorável para o contribuinte com o voto do relator, ministro Dias Toffoli, no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de se discutir compensação - uso de crédito para pagar tributo - em embargos a execução fiscal. É a última cartada das empresas para ganhar a tese. Hoje, a jurisprudência é contrária.

Os embargos são um meio de defesa do contribuinte contra a cobrança de dívida tributária, previsto na Lei de Execução Fiscal (nº 6.830, de 1980). O pleito das empresas é poder se defender nos autos da ação judicial com o argumento de que já pagaram o imposto cobrado por meio de compensação tributária, na via administrativa, mesmo que ainda não validada pela **Receita Federal** - que pode levar cinco anos para analisar o encontro de contas.

O julgamento começou na sexta-feira passada, no Plenário Virtual. A ação foi levada ao STF em outubro de 2022, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Os ministros têm até a próxima sexta-feira para apresentar os votos, pedir vista ou destaque - o que transfere a discussão para o plenário físico.

A entidade afirma ser preciso dar a interpretação correta, da Constituição Federal, para o artigo 16, parágrafo 3º, da lei e permitir, em embargos, a discussão sobre compensação em análise administrativa. Já a Fazenda Pública entende que, nas execuções, deve-se apenas discutir a dívida - tese atualmente aceita pelo Judiciário.

Para o CFOAB, essa interpretação mais restritiva viola, ao menos, seis princípios constitucionais, como o da isonomia, do contraditório, da ampla defesa, da economia processual, da celeridade processual e da proibição de denegação de justiça.

Segundo advogados tributaristas, pode permitir que o mesmo débito seja cobrado - e pago - duas vezes, já que a dívida cobrada na execução fiscal já teria sido paga administrativamente através de compensação.

Toffoli, porém, foi pela tese da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR) de que os argumentos da OAB "não são suficientes" para acatar a ADPF, pois "sobressai da demanda seu caráter infraconstitucional". Ou seja, a última palavra é do Superior Tribunal de Justiça (STJ),

que já definiu a questão contra o contribuinte.

"Resta evidente, portanto, que a suposta ofensa à Constituição Federal, caso configurada, seria meramente reflexa ou indireta, cuja análise não é cabível em sede de controle abstrato de constitucionalidade", afirma o relator no voto (ADPF 1023).

Segundo Toffoli, não cabe usar esse tipo de ação para reverter precedente do STJ, "o qual, respeitando sua competência constitucional, uniformizou a interpretação da legislação infraconstitucional" (EREsp 1795347). Por isso, negou o agravo regimental. Em fevereiro, ele já havia dado decisão semelhante.

Para o CFOAB, a compensação deve ser usada como meio de defesa "no próprio instrumento judicial eleito pelo legislador para a cobrança da dívida ativa". Senão, precisaria discutir a questão em outra ação judicial (anulatória ou de repetição de indébito), o que além de aumentar a judicialização, já poderia estar prescrita, "resultando em cerceamento de defesa e pura denegação de justiça".

Luiz Gustavo Bichara, procurador tributário do CFOAB e sócio-fundador do Bichara Advogados, lembra que quando a LEF foi publicada, em 1980, vedando a compensação, não estava regulamentada a possibilidade de pagar **tributos** com créditos, que só veio em 1996. "A literalidade desse artigo [nº 16 da LEF] se prende a um momento histórico onde não existia nem compensação", afirma Bichara, que representa a OAB no caso.

A restrição impede o contribuinte de produzir defesa. "Se o contribuinte tiver quitado o tributo via compensação, ele já gastou o crédito para compensar o tributo, mas vai ter que pagar de novo a mesma dívida", diz Bichara. "O contribuinte fica em um beco sem saída, porque se na execução ele não puder falar o que aconteceu, vai ter que pagar a dívida de novo." Ele defende que a tese "é tão razoável" que já está inserida no Projeto de Lei nº 2488/2022, em trâmite no Senado Federal. O texto atual, feito por uma comissão de juristas da qual ele participou com integrantes do próprio STJ e do governo, prevê essa possibilidade. "A tendência é que a legislação evolua se desprendendo da interpretação literal", diz Bichara. Se o projeto for aprovado, valerá como nova lei, portanto, acima do que for decidido pelo STF.

O tributarista Eduardo Suessmann, sócio do

Suessmann Advogados, afirma que o STJ mudou a jurisprudência sobre o tema entre 2021 e 2022 - antes, prevalecia decisão a favor (Tema 294, julgado em 2010) - e não modulou para restringir os efeitos. "Foi uma surpresa, porque reverteram a posição", diz. "Os ministros disseram que só poderia discutir compensação homologada, mas se ela foi homologada, não vai ter execução fiscal", completa.

Para a advogada Luísa Macária, tributarista do Grupo Nimbus, se a tese dos contribuintes não for acatada, será "bem prejudicial". "O Fisco pode não avaliar a compensação na esfera administrativa e o contribuinte não vai ter direito ou a chance de discutir a questão em embargos de execução, ou seja, não há ampla defesa ou contraditório."

"Quando a lei foi editada não estava nem regulamentada a compensação" Luiz G. Bichara

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849>

# Previdência aberta entra em nova fase

**Adriana Cotias**

Com o novo marco regulatório da **previdência complementar**, as empresas do setor começam a se mobilizar para uma fase que tende a ser uma das mais dinâmicas para essa indústria.

O fluxo positivo para os portfólios de previdência neste primeiro trimestre e também no ano passado, na contramão da indústria de fundos de maneira geral, é um sinal - entre outros fatores estruturais - de que o mercado consumidor vem assimilando as inovações. De acordo com a Anbima, que representa o mercado de investimentos, entraram quase R\$ 20 bilhões líquidos nas carteiras atreladas aos planos em 2023, e outros R\$ 11,1 bilhões de janeiro a março. Página C6

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1)**

# Previdência aberta redesenha a sua oferta sob novas regras

**Adriana Cotias De São Paulo**

Com o novo marco regulatório da **previdência complementar**, as empresas que integram essa cadeia começam a se mobilizar para uma fase que tende a ser uma das mais dinâmicas para a indústria. A confluência de reformas legislativas com a modernização das regras pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em fevereiro, são um divisor de águas para o setor, que pode ampliar o conceito de acumulação, como o produto é encarado hoje, para o de geração de renda em diferentes ciclos da vida do participante. O uso das reservas como garantia de crédito, a escolha do regime tributário só na hora de usufruir dos benefícios das reservas construídas e a adesão automática em planos empresariais completam o combo legal.

Dentro da Lei de Garantias, o Congresso disciplinou o uso do instrumento de previdência como colateral para operações de crédito. Isso pode tirar a pressão para resgates fora do prazo de dez anos, quando a alíquota de Imposto de Renda (IR) cai a 10% na tabela regressiva, com um pedágio fiscal alto, que começa com 35% em até dois anos para o saque prematuro, detratando o retorno. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou no começo do ano o projeto que permite que o participante opte pelo IR progressivo, de acordo com as faixas de rendimento, que vão da isenção até 27,5%, ou o regressivo - de 35% a 10%, conforme o tempo decorrido para o usufruto do valor poupado.

Já as resoluções do CNSP, normatizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) na semana passada, instituem, entre outras coisas, o conceito de ciclo de vida na previdência, em que o cliente passa a ter diferentes alternativas para receber o dinheiro acumulado, fazendo conversões parciais de renda. Hoje, o índice de compra de renda é bastante restrito no Brasil porque quem opta pelo benefício vitalício joga com a sorte contra a seguradora. Se falecer logo, os recursos não são transmitidos aos herdeiros, então a tendência tem sido resgatar o dinheiro acumulado na hora da aposentadoria.

Outra inovação é a que permite o fechamento para captação dos fundos atrelados aos planos de previdência aberta, o que pode colocar no sistema estratégias mais arriscadas, como as de crédito

estruturado. O veículo de previdência aberta não podia rejeitar novos aportes, mas os gestores de produtos alternativos enfrentariam problemas de capacidade e liquidez para manter a eficiência de carteiras.

Esse conjunto casa com reformas anteriores que deixaram os fundos de previdência mais parecidos com os tradicionais em termos de exposição a ações, ativos no exterior e também permitindo a cobrança de taxa de performance pelos gestores de recursos.

"Vivemos um momento em que diversas legislações trouxeram novidades positivas para os produtos das seguradoras e para o cliente final", diz Henrique Diniz, diretor de previdência da Icatu. Ele diz que as revisões regulatórias feitas desde 2005 permitiram que a previdência saltasse da casa dos R\$ 50 bilhões em 2005 para o R\$ 1,4 trilhão atual, com crescimento contínuo, sem nunca ter havido um decréscimo das reservas previdenciárias. "Algumas medidas ainda vão ter um prazo de maturidade para criar valor para o cliente, mas é um arcabouço muito favorável para este e os próximos anos." O fluxo positivo para os portfólios de previdência neste primeiro trimestre e também no ano passado, na contramão da indústria de fundos de maneira geral, é um sinal - entre outros fatores estruturais - de que o mercado consumidor vem assimilando as inovações. De acordo com a Anbima, que representa o mercado de investimentos, entraram quase R\$ 20 bilhões líquidos nas carteiras atreladas aos planos em 2023, e outros R\$ 11,1 bilhões de janeiro a março.

"As várias discussões em torno das novas legislações eventualmente fizeram com que as pessoas despertassem para os produtos, tem mais gente olhando para o VGBL [Vida Gerador de Benefício Livre] e o PGBL [Plano Gerador de Benefício Livre], há um melhor entendimento sobre os benefícios da acumulação de longo prazo", diz Diniz. "A evolução do mercado e das seguradoras vai levar a uma maior captação no segmento como um todo, vai ser consistente." Embora as regras valham para planos já existentes, a tendência é o setor de previdência criar produtos mais completos para os participantes para que deixem de olhar só para a fase de acumulação, prossegue o executivo da Icatu. "O que a gente tem feito é buscar eficiência para compor um portfólio mais adequado ao ciclo de vida do cliente. Se ele não acumulou reservas suficientes para converter em

renda vitalícia, podemos pensar num planejamento de proteção financeira de fato", diz Diniz. "Não é só rentabilizar melhor o recurso, mas eventualmente proteger de uma morte prematura com um seguro de vida, utilizar o fator de renda, o crédito como colateral." Na Icatu, a taxa de conversão em renda vitalícia ou por prazo certo equivale a 1,5%, acima da média do mercado. A casa reúne reservas da ordem de R\$ 54 bilhões.

Se no passado os produtos eram considerados caros, com pedágio na entrada, com taxas de carregamento, e até na saída, além de taxas de administração altas que corroidam o desempenho dos fundos, o desenho atual aproximou os portfólios de previdência das carteiras tradicionais.

Com a modernização, a partir de 2015, a Icatu passou a selar acordos com gestoras de recursos independentes para que criassem suas versões de previdência, quebrando uma oferta antes muito restrita à dobradinha de seguradoras ligadas a grandes bancos e suas respectivas assets. Na grade atual, a seguradora tem uma centena de gestoras.

A Bradesco Vida e Previdência observa gradualmente o aumento da participação de fundos de terceiros atrelados aos seus planos e, segundo Estevão Scipilliti, diretor da companhia, hoje a oferta é muito semelhante na indústria. Essa é uma forma de reter o cliente dentro de casa, já que a portabilidade externa é um dos escapes dos recursos da previdência, principalmente dentro dos grandes grupos, donos dos maiores volumes de reserva e de patrimônio nas respectivas seguradoras e assets. "Hoje, a briga está mais equilibrada, dá mais trabalho tirar recursos de empresas congêneres, não há mais tanta assimetria de produtos", diz.

Portfólios multigestores também cumprem esse papel, com mais de um fundo alocado no mesmo produto, em multimercados ou carteiras de crédito, a coqueluche da temporada.

O executivo afirma estar construtivo com o novo marco regulatório e que a indústria vai começar a colher os resultados já em 2024. "Vai ser melhor do que nos últimos anos e talvez o setor revise a captação líquida no nível mais alto pré-pandemia. A reforma da Previdência [pública] em 2016 e 2017 foi muito favorável", lembra Scipilliti. Com maior foco no período de desa-cumulação, ele vê toda uma arquitetura de produtos sendo redesenhada para explorar as possibilidades das novas regras.

A atualização normativa é muito bem-vinda num momento em que o tema da longevidade é um fator crítico para o sistema público de aposentadoria e

demandava também a modernização da **previdência complementar**, diz Sandro Bonfim da Costa, superintendente de produtos da Brasilprev, que detém cerca de R\$ 380 bilhões em provisões técnicas. "É importante para a estabilidade do sistema, senão ele não entrega o compromisso final com o cliente no pós-carreira."

Com a flexibilidade para conversão de renda em diferentes ciclos, o executivo acredita em usos mais frequentes para essa poupança de longo prazo, como a contratação de planos para um curso no exterior ou para recém-nascidos com os pais já planejando a faculdade. "No fim do dia, o setor vai conseguir entregar projetos de médio prazo de maneira mais assertiva", diz Bonfim. "Com o conceito de renda financeira e de renda em cotas, o participante não corre o risco de deixar o dinheiro com a seguradora." Rudolf Gschliffner, chefe de produtos da gestora de recursos do Santander, diz que o grupo tem discutido com a seguradora Zurich Santander a calibragem sistêmica para carregar o histórico dos planos e fundos existentes. Um benefício imediato da nova legislação é o participante que ainda não fez conversão das reservas acumuladas em renda poder escolher o regime tributário mais conveniente.

"Não acho que o produto previdência faça parte da recomendação de portfólio com outros produtos de investimentos, essa é uma caixa separada por causa dos aspectos tributários e sucessórios. E agora passa a ter uma situação de percepção de renda simultânea à fase de acumulação e com a possibilidade de portar", diz Gschliffner. O sistema vai ficar mais competitivo.

A possibilidade de fechar os fundos de previdência para captação deve atrair novas gestoras para os planos individuais, diz Gabriel Escabin, diretor executivo da BTG Pactual Vida e Previdência. Até aqui, algumas assets estavam fora desse jogo porque não tinham estratégias escaláveis. Se o cliente aporta ele era obrigado a aceitar, não poderia limitar, acrescenta Marcelo Flora, sócio do grupo responsável pelo canal digital e pela seguradora.

Como a companhia de seguros é relativamente nova no setor, tem a tecnologia a seu favor e pôde trabalhar nos últimos anos em planos atrelados a multifundos. "É uma posição boa para que os gestores venham abrir produtos na nossa prateleira", diz Escabin.

Nesse formato, o plano de previdência não precisa fazer a aplicação das reservas técnicas num fundo em particular. "A maior parte das seguradoras tem um plano para cada fundo. Pode até abrir em baixo um novo, mas os sistemas não estão preparados para isso", diz Flora. "Quando você abre um plano e no



certificado é multifundos é mais fluido, a realocação do portfólio do cliente pode ser feita automaticamente, sem entrar em regras de carência da portabilidade convencional." Esse é um modelo útil para acomodar grandes patrimônios no VGBL de prateleira, já que resolução do CNSP barrou a constituição de novos planos atrelados a fundos exclusivos de previdência com valor individual de R\$ 5 milhões. Foi uma forma de evitar uma corrida das famílias superricas para escapar da taxaço do imposto semestral nos exclusivos e restritos tradicionais a partir deste ano.

Num único certificado, o participante poderá transitar entre vários fundos e compensar perdas e ganhos na hora do resgate total. "Fazer isso acontecer sistematicamente é difícil e já está operacional, não precisa apertar 18 botões", diz Hora. O executivo se queixa, contudo, da restrição à portabilidade nos exclusivos de previdência criados antes da resolução do CNSP, que podem receber novos aportes, mas perdem o benefício se transferidos para outra seguradora.

"[Ter multifundos] é uma posição boa para que os gestores venham abrir produtos na nossa prateleira"  
Gabriel Escabin

R\$ 1,4 tri é o volume em fundos de previdência

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849>

# Providências - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

Os associados da Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros (AMBEP) continuam sem saber das providências que os Conselhos Deliberativo e Fiscal tomaram frente às gravíssimas denúncias oferecidas em abaixo- assinado contra a atual gestão administrativa da entidade. Não se concebe que os associados, aposentados egressos da Petrobrás, fiquem no desconhecimento do que se passa e acontece na Associação. O abaixo- assinado data de 11 de março de 2024 e, até o momento (19.04.2024), os dois Conselhos não fizeram qualquer pronunciamento, mesmo sabendo que o assunto é preocupante e envolve um patrimônio valiosíssimo, repetimos: construído em mais de quatro décadas, com denodo e trabalho profícuo.

## ELEIÇÕES

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está quase alcançando quarenta milhões de beneficiários e todos serão eleitores aptos a votar nas eleições vindouras.

Supondo-se que cada beneficiário tenha um dependente somam-se oitenta milhões de eleitores, representando a metade do total de eleitores brasileiros. É um contingente significativo e capaz de decidir no resultado de uma eleição.

Observação que se faz aos deputados federais de todo o Brasil que, numa campanha eleitoral, a manifestação dos aposentados e pensionistas pode influir decisivamente no resultado final, impondo rejeição aos atuais parlamentares que estão insensíveis à aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008.

## APROVAÇÃO

A aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, corrige uma decisão tomada em setembro de 1991, prejudicando de forma perversa e inconsequente milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. O PL propõe a atualização e regularização dos proventos pagos aos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados à **Seguridade Social**, cuja arrecadação financeira mensal demonstra a garantia para cobrir com suficiência os proventos das aposentadorias e pensões, aplicando-se o mesmo índice percentual atribuído ao salário mínimo. Será

uma providência salutar e de correção de um malfeito que está influenciando na vida de pessoas que contribuíram e ainda contribuem para o País.

## UNIÃO

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas, assim como toda a sociedade brasileira, estão na expectativa e torcem com veemência para que os Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário, cheguem ao entendimento, à união na solução dos problemas que afligem a Nação Brasileira. A população almeja que ações efetivas e de interesse de todos sejam realizadas na verdadeira harmonia, cumprindo-se o consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lembrando- se sempre que todo o poder emana do povo e os três poderes, obrigatoriamente, devem ser independentes e harmônicos entre si, favorecendo o direito de cidadania.

## CONSTITUIÇÃO

A Constituição, nossa Carta Magna, foi promulgada em 05 de outubro de 1988, completando este ano 36 (trinta e seis) anos de existência.

No ato da promulgação, o presidente da Constituinte, deputado federal Ulisses Guimarães, a chamou de Constituição Cidadã, proferindo a célebre frase de referência que deve ser observada por todos, principalmente os nossos representantes no Congresso Nacional, deputados federais e senadores: "Discordar, sim!

Divergir, sim! Descumprir, jamais! Afrontá-la, nunca!". Preocupa-nos, atualmente, as emendas que se faz que podem, inclusive, prejudicar o que foi construído para termos plena cidadania.

## 13º SALÁRIO

O pagamento antecipado do 13º salário aos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vem a confirmar a decisiva participação desse segmento na economia do País. A mídia tem divulgado, amplamente, essa contribuição.

Somente no Estado do Pará, a antecipação desse pagamento será de R\$660 milhões. É mais um motivo para reforçar a necessidade da aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que está circulando desde 2003 e

agora parado na Câmara dos Deputados há, precisamente, 16 (dezesesseis) anos.

#### RECOMPENSA

"Não há maior recompensa do que a consciência de ter feito o bem" (Vital Brasil).

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# INSS começa a pagar primeira parcela do 13º nesta 4ª; veja calendário e como consultar o valor (inss)

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, a partir desta quarta-feira (24), a primeira parcela do 13º salário de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios. Ao todo, 33,6 milhões de segurados devem receber a renda.

A gratificação natalina é liberada junto com o benefício mensal. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R\$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais.

O pagamento é feito conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Desde a pandemia de Covid 19, em 2020, o governo tem antecipado o benefício com o objetivo de estimular a economia. Por lei, o 13º deve ter sua primeira parcela paga na competência de agosto e a segunda, na competência de novembro.

De acordo com o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de março, a primeira parcela do abono corresponde a 50% do valor do benefício. A segunda virá com a aposentadoria de maio e tem desconto do Imposto de Renda para quem é obrigado a pagar o tributo.

Para quem é beneficiário de auxílio-doença ou auxílio-acidente, o 13º é proporcional ao número de meses.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O calendário de pagamentos do 13º salário do **INSS** 2024 segue o número final do NIS (Número de Identificação Social)

Aposentados e demais segurados da **Previdência Social** que tenham recebido benefícios como aposentadoria, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, pensão por morte ou auxílio-reclusão em 2024.

Aposentados e deficientes da baixa renda que recebem benefício assistencial, como o BPC

(Benefício de Prestação Continuada), não têm direito ao abono.

Pelo site:

Acesse [www.meu.inss.gov.br](http://www.meu.inss.gov.br)

Na página inicial, vá em "Entrar com gov.br"

Depois, informe o CPF e clique em "Continuar"

Na página seguinte, digite a senha e vá em "Entrar"

Na página inicial, clique em "Extrato de Pagamento"

É no extrato que estará informado o valor do pagamento mensal (código 101) e o valor do 13º salário (código 104)

Se houver empréstimo consignado, também aparecerá no extrato

É possível gerar o PDF, clicando no final da página em "Baixar PDF"

Pelo aplicativo:

Abra o aplicativo Meu **INSS**, disponível na App Store e Play Store

Clique em "Entrar com gov.br"

Informe o CPF e vá em "Continuar", depois, digite sua senha e vá em "Entrar"

Na página inicial, vá em "Extrato de pagamento"

No extrato do mês referente ao pagamento do 13º estará informado o valor do pagamento mensal (código 101) e o valor do 13º salário (código 104)

É possível gerar o PDF, clicando no final da página em "Baixar PDF"

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/inss-  
comeca-a-pagar-primeira-parcela-do-13o-nesta-4a-veja-  
calendario-e-como-consultar-o-valor.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/inss-comeca-a-pagar-primeira-parcela-do-13o-nesta-4a-veja-calendario-e-como-consultar-o-valor.shtml)**

# Abril Azul: saiba como ter benefícios do INSS

O mês de abril é marcado pela campanha de conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o "Abril Azul" tem como objetivo dar visibilidade ao assunto sobre a condição e estimular a criação de ações efetivas para o combate ao preconceito, além de promover políticas públicas de apoio aos portadores de TEA. O transtorno é caracterizado pelo desenvolvimento atípico da criança.

Logo nos primeiros meses de vida, ele pode ser percebido através de alguns sinais como manifestações comportamentais, atraso no desenvolvimento, dificuldade na comunicação e na interação social. O espectro pode ser classificado em três níveis, do mais leve ao mais grave. Para quem nunca contribuiu e faz parte da camada social de baixa renda, a **Previdência Social** possui benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além do auxílio-inclusão.

O advogado mestre em Direito Previdenciário Rômulo Saraiva explica que a **Previdência Social** só aprova, para receber pagamento como segurado, pessoas a partir dos 16 anos de idade. Antes disso, as crianças só podem ser protegidas pela assistência social, por meio do BPC).

De acordo com o advogado, para a criança e seus representantes receberem o benefício, é importante estar inscrito no CadÚnico, além de ter exames atestando o grau do espectro. " O **INSS** faz uma análise da vida financeira da família para verificar os ganhos por cabeça. Normalmente não são considerados gastos com remédio, terapia, fisioterapia, etc. Embora o STF tenha definido que a renda per capita pode ultrapassar o valor de salário mínimo por pessoa, o **INSS** só costuma considerar abaixo desse patamar", afirma.

Em 2024, com o salário mínimo em R\$ 1.412, a renda por pessoa da família não pode ultrapassar R\$ 353. O valor do BPC é de um salário mínimo.

Já o auxílio-inclusão é destinado às pessoas com deficiência moderada ou grave que recebem ou já receberam o BPC, e que estão trabalhando. O valor desse benefício corresponde à metade do valor do BPC.

O motorista morador do bairro de Areias, no Recife, Denilson Amaro, conseguiu o BCP para o seu filho, Oscar Pietro, de 5 anos, autista não verbal de nível 2, após um ano e dois meses de procura e várias madrugadas em filas de espera, até conseguir o laudo específico para a perícia do **INSS** em uma consulta com o neuropediatra. "Hoje eu consigo pagar terapias para ele, comprar as fraldas, a alimentação e as consultas como neuropediatra.

Agora eu não me aperreio mais com esses gastos", celebra.

Ainda de acordo com Rômulo Saraiva, o direito previdenciário pode resguardar a pessoa com TEA de acordo com a sua gravidade, levando em consideração a incapacidade temporária (nos casos em que o empregado precisa se afastar das suas atividades), a aposentadoria por incapacidade permanente ou a deficiência.

Nessa última, o portador pode conseguir a aposentadoria PCD, por idade ou por tempo de contribuição com redução do tempo.

Para dar entrada na aposentadoria, é necessário que o trabalhador esteja recolhendo ao **INSS** e o transtorno se apresenta em um nível que o impeça de exercer qualquer outra atividade profissional.

Rômulo Saraiva reforça importância do CadÚnico. Pietro, de 5 anos, é autista não verbal

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240422/>

# Benefício suspenso por informação de óbito - RECLAMAR ADIANTA

**ÁTILA A. NUNES**

Fui ao banco receber a minha aposentadoria e fui informado que o benefício está suspenso com informação de óbito. O que faço?

Santiago dos Anjos, Cascadura.

Todos os meses, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão às agências bancárias no período de pagamentos para receber seus benefícios. Mas há casos em que alguns segurados são surpreendidos no momento em que o funcionário do banco anuncia: "O benefício do senhor (a) está suspenso.

O senhor (a) consta como falecido no cadastro". Os aposentados e pensionistas ficam confusos com a situação. São os chamados "mortos-vivos do **INSS**". E por que isso acontece?

"O **INSS** não é o responsável pela informação dos óbitos.

Ou seja, alegar que o '**INSS** matou alguém' não corresponde ao fato. O **INSS** utiliza a informação dos óbitos transmitidos pelos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais para efetuar os batimentos internos estabelecidos pela autarquia em conjunto às recomendações dos órgãos de controle externo", assegura Ingrid Galante, chefe dos Serviços de Administração de Informações de Segurados da Superintendência Regional Sudeste III (Serainf/SRSE III).

O **INSS** recomenda que os segurados mantenham seus dados sempre atualizados para evitar transtornos. A suspensão do pagamento, para o instituto, visa sempre coibir alguma suspeita de fraude ou recebimento irregular de benefícios.

Ingrid informa que, nesses casos, as suspensões dos benefícios por suspeita de óbitos são baseadas nas informações de mortes dos cidadãos transmitidas por cartórios de todo o país ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc). Segundo ela, é feito um amplo batimento de dados para verificar os parâmetros mínimos de similaridades (gráfica e fonética).

Embora os casos como o do nosso leitor possam gerar confusão e preocupação entre os beneficiários, é importante compreender que tais medidas visam garantir a lisura e a eficiência dos pagamentos previdenciários, salienta o advogado Átila Nunes do serviço [www](http://www.reclamaradianta.com.br).

[reclamaradianta.com.br](http://reclamaradianta.com.br).

O atendimento é gratuito pelo e-mail [juridico@reclamaradianta.com.br](mailto:juridico@reclamaradianta.com.br) ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12288/22-04-2024.html>

# INSS faz alerta para possibilidade de golpes no salário-maternidade

**CAIO PRATES**

Os benefícios previdenciários dos brasileiros vêm sendo alvo de golpistas. As redes sociais foram palco de uma grande polêmica, nos últimos dias, por publicações feitas por influenciadores digitais que divulgaram uma empresa de assessoria que garante o recebimento do salário-maternidade.

Entretanto, as trabalhadoras brasileiras não precisam pagar nenhum serviço extra para ter acesso ao benefício, que é garantido por lei.

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) alertou, por meio de nota, que a única forma legal e correta de entrar com o pedido do benefício é pelo aplicativo ou site do Meu **INSS**. De acordo com a autarquia federal os canais não oficiais devem ser vistos com desconfiança porque podem representar "risco à segurança de dados do cidadão".

O **INSS** reforçou que as seguradas que necessitem de auxílio profissional devem buscar ajuda de um advogado ou advogada devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil. "O **INSS** não utiliza intermediários para concessão de quaisquer benefícios. Todos são gratuitos e podem ser acessados por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** e pela Central de Atendimento 135." Especialistas em direito previdenciário destacam que o salário-maternidade é um benefício concedido às seguradas do **INSS** em razão do nascimento do filho ou filha, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

Marco Aurelio Serau Junior, advogado, professor da UFPR e diretor científico do IEPREV explica que esse benefício corresponde a uma substituição da remuneração que a segurada possui.

"Ou seja, corresponde a integralidade da remuneração da segurada e dura 120 dias. Durante o período de licença-maternidade.

Até existem situações de empresas que têm licença-maternidade estendida por até 180 dias no chamado Programa Empresa Cidadã, mas o benefício previdenciário fica realmente limitado aos quatro meses, aos 120 dias", pontua.

O salário-maternidade tem duração de 120 dias, ou seja, quatro meses, mas pode começar a ser pago entre 28 dias antes do parto e a data do parto, frisa o advogado Celso Joaquim Jorgetti. "O direito ao salário-maternidade decairá, se não for requerido em até 180 dias do parto ou da adoção, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito para ter acesso ao benefício, a segurada deve ter em mãos documentos como, a certidão de nascimento da criança; se o afastamento for 28 dias antes do nascimento: atestado médico; em caso de guarda: Termo de Guarda com indicação de que a guarda está relacionada à adoção; e em caso de adoção: certidão de nascimento expedida após a decisão judicial".

Em alguns casos é necessário ter tempo de carência

O advogado Ruslan Stuchi, do escritório Stuchi Advogados, explica que para ter acesso ao salário-maternidade algumas mulheres precisam ter qualidade de segurada e ter contribuído à Previdência por pelo menos dez meses. "Essa é a chamada carência para as contribuintes individuais, facultativas e especiais.

Ou seja, para ter direito ao benefício, é preciso começar a contribuir com a Previdência antes de engravidar.

Já no caso de empregadas formais, domésticas ou trabalhadoras avulsas, não há carência", orienta.

No ano passado, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) regulamentou o direito ao pagamento de salário-maternidade a seguradas adolescentes com idade inferior a 16 anos que iniciam as atividades profissionais antes da maioridade, "como venda de artesanatos ou atuação no meio artístico e publicitário".

Para solicitar, segundo Stuchi, caso a pessoa seja empregada, a própria empresa já realiza os trâmites junto ao **INSS**. "Já no caso das autônomas ou facultativas, pode ser requisitado site do Meu **INSS**. Pela internet é possível fazer o requerimento do salário-maternidade. Mas em caso de dúvidas, o melhor caminho é procurar um advogado de confiança para evitar qualquer tipo de golpe", alerta.

O advogado Marco Aurelio Serau Júnior aponta que em alguns casos o salário maternidade pode ser



precedido ou sucedido pelo auxílio-doença.

"Isso acontece no caso de eventual afastamento das atividades profissionais da gestante ou da lactante, por algum motivo de saúde que gere uma incapacidade laboral temporária. Então, o salário-maternidade pode ser conjugado com auxílio-doença".

O professor relata que, atualmente, existem algumas discussões no Judiciário a respeito do salário-maternidade.

"Essencialmente, as discussões giram em torno da tributação, se o salário maternidade por corresponder ao salário é tributado ou não. Além disso, tem a discussão sobre se conceder o benefício do salário para mais de um genitor no caso de famílias homoafetivas. Também existem algumas situações um pouco diversas de atribuição do salário-maternidade ao genitor, ao pai, quando do falecimento da mãe", conclui.

**Site:**

**[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_08D707D4F98456CACD59ADC3D8F94565CDB85B65D7E561B6C7A9AD6DEDE76D594CA34573570BDCD8565FE6712424FE201F439AFF8DCE067C4565D59F84894DADC0A803072C888C154886AB78277B6FDA2DE34105CCC53E2E34377A3802A0E6AC8158CDAEFFBA6843229F796F9AA4E66DF42A0A70CA301B42BA838C172EE49](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_08D707D4F98456CACD59ADC3D8F94565CDB85B65D7E561B6C7A9AD6DEDE76D594CA34573570BDCD8565FE6712424FE201F439AFF8DCE067C4565D59F84894DADC0A803072C888C154886AB78277B6FDA2DE34105CCC53E2E34377A3802A0E6AC8158CDAEFFBA6843229F796F9AA4E66DF42A0A70CA301B42BA838C172EE49)**

# Na ação contra o INSS, Fernanda Montenegro cita dados e conta bancária alteradas: Vítima de sucessivas fraudes

Neste caso que saiu aqui na coluna ontem, sobre os problemas nos pagamentos da aposentadoria e da pensão que a atriz Fernanda Montenegro, que cobra mais de R\$ 300 mil não recebidos, um detalhe chama atenção. Na ação proposta por seus advogados, há clara menção a decorrência de fraude .

Eles narram que por anos Fernanda recebeu seus benefícios numa agência do Bradesco. Em 2019, porém, sem mais nem menos, os pagamentos foram paralisados. Até 2022, a atriz tentou regularizar o recebimento, mas a situação só piorou.

Primeiro, a artista descobriu que seus dados para acesso ao sistema virtual do **INSS** tinham sido alterados, incluindo o e-mail de acesso. Em seguida, após recuperar seu acesso, Fernanda percebeu que os benefícios estavam sendo depositados e sacados por outra pessoa.

Um dos pedidos de Fernanda na disputa contra o **INSS**, diz respeito a uma indenização por danos morais. Em primeira instância, foi dado ganho de causa para que Fernanda receba R\$ 30 mil. Em segunda instância, a punição foi reduzida a R\$ 10 mil. Ainda cabe recurso.

Resta evidenciado que a Autora, desde agosto de 2019, vem sendo vítima de sucessivas fraudes praticadas por agentes não identificados junto ao **INSS**, que, primeiramente, conseguiram desbloquear e receber benefícios acumulados e não pagos de sua titularidade; em seguida, sem qualquer instrumento de mandato outorgado pela autora, alteraram no sistema do **INSS** a forma de pagamento dos benefícios, direcionando para banco e município diverso daqueles desde sempre informados pela autora, onde conseguem sacar sem qualquer dificuldade os proventos previdenciários, em forma irregular e fraudulenta , sintetiza a ação.

**Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2024/04/na-acao-contra-o-inss-fernanda-montenegro-cita-dados-e-conta-bancaria-alteradas-vitima-de-sucessivas-fraudes.ghtml>**

# Já é tempo de uma nova Reforma da Previdência?

por **Ecio Costa@eciocosta**

O déficit da previdência continua a aumentar e trazer peso significativo nas contas públicas. Se, por um lado, o governo atual tem promovido gastos cada vez maiores, por outro, o resultado das contas da previdência só tem piorado. O déficit gira em torno de R\$ 400 bilhões/ano, onde o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que engloba os trabalhadores do setor privado, responde por R\$ 300 bilhões em déficit, e os **servidores públicos** (RPPS) e militares por R\$ 100 bilhões, aproximadamente.

Mas, com relação à reforma da Previdência, tem um fato muito importante que o Censo de 2022 mostrou: o envelhecimento mais rápido da população brasileira e a redução da taxa de natalidade, ou seja, os mais jovens estão fazendo bem menos filhos do que faziam antes, o que traz um impacto na base da pirâmide que sustenta a Previdência e os idosos estão em maior número e vivendo mais, o que onera significativamente o pagamento dos benefícios previdenciários.

Então, a Previdência está fadada a quebrar em algum tempo no futuro, a não ser que o governo faça aportes cada vez mais altos, já bastante altos hoje, representando 8% do **PIB**, mas podendo chegar ou passar dos 10%. Numa situação de déficit fiscal recorrente que o país vive hoje, a Previdência pode contribuir ainda mais para o aumento da relação Dívida/**PIB**, o que aumenta os juros da economia, diminui o crescimento econômico e gera mais desemprego, num efeito bola de neve.

Esse é um problema que precisa ser equacionado aumentando, por exemplo, a idade mínima de aposentadoria porque as famílias estão vivendo mais, como já mencionado. Além disso, deve-se fazer a inclusão de militares e outros grupos que receberam tratamentos diferenciados na reforma de 2019, para que possa aumentar a abrangência de contribuintes. Com relação à informalidade, em um caminho para incluir esse tipo de trabalhador, a solução poderia vir da criação de um formato parecido com o que da Previdência privada, com a capitalização.

A capitalização foi muito combatida na primeira reforma, mas é um sistema adotado em outros países onde a Previdência é mais sustentável. Nesse formato, os autônomos e informais poderiam ser atraídos para

o sistema, com algum benefício junto à **Seguridade Social**, contribuindo de maneira voluntária, e se beneficiando com o valor capitalizado.

**Site:**

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/04/ja-e-tempo-de-uma-nova-reforma-da-previdencia.html>

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4

Publicado em 22/04/2024 - 07:18  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (22) a parcela de abril do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 4.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 130 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 120 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,68 milhões de famílias estão na regra de proteção em abril. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta segunda-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 4. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-4>

# 53% dos MEIs são empregados de outras empresas, sugere estudo

**Marcelo Osakabe**

Mais da metade dos microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil trabalha, na verdade, como empregados assalariados de outras empresas, segundo estudo. A mesma pesquisa aponta que a chamada pejetização poderia ser reduzida com medidas como redução dos encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento.

O trabalho de Bruna Alvarez Mirelli, pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), sugere que 53% dos MEIs não são microempreendedores "de verdade", indicando problemas no desenho do programa, que acabam gerando incentivos como o da pejetização e também perdas, sobretudo para a Previdência.

O levantamento usa dados de 2008 a 2019, período em que foram criados mais de 9 milhões de MEIs (quase 70% do total dos CNPJs no país). Para chegar ao resultado, a pesquisadora, mostrou primeiro que o MEI e contratos CLT efetivamente competiam pela preferência das empresas na hora de contratar. Para isso, olhou como a proximidade com antenas 3G afetou a criação de MEIs entre 2008 e 2011, período em que passou a ser possível fazer o registro via internet

"Ter acesso à internet é essencial para o microempreendedor. Ele vai precisar dela para registrar a empresa, emitir o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) que paga todo mês e também as notas fiscais de cada serviço", explica a economista.

Os resultados ainda relacionam a facilidade para abrir uma MEI ao comportamento das empresas. Firms localizadas em regiões mais distantes das antenas acabavam contratando mais empregados sob o regime CLT em comparação com as instaladas mais perto do equipamento.

Mirelli, no entanto, observa que o efeito de diminuição de contratos CLT e crescimento do MEI pode também indicar um aumento do empreendedorismo, que é está dentro do escopo original do programa. "Não é possível dizer, apenas com esse exercício, se essas pessoas partiram para a pejetização", salienta.

Para entender qual das duas alternativas as pessoas seguiam, a pesquisadora construiu um modelo de equilíbrio geral em que as pessoas escolhem se tornar empregado com carteira assinada, pejo-ta, microempreendedor ou empresa do setor formal, e alimentou esses modelos com dados da Rais, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e do Censo de 2010. Replicando como esse modelo se adapta às informações da economia real, como a distribuição dos trabalhadores nas firmas ao longo do tempo, ele encontra que 53% dos que optam pelo MEI optam pela ilegalidade, enquanto 47% se tornam microempreendedores "de verdade".

"Com base nos resultados, acredito que o custo do trabalhador CLT é um fator importante. A redução desses custos seria boa medida para ajudar a diminuir essas ilegalidades relacionadas ao mercado de trabalho", diz.

Outros trabalhos recentes também apontam para problemas no desenho do MEI, criado em 2008 com o objetivo de trazer à formalidade a parcela mais vulnerável da população - pessoas que atuam como autônomos ou em pequenos empreendimentos. Ele permite que elas contribuam à Previdência e acessem benefícios como aposentadoria-limitada a um salário mínimo -, auxílio-doença e pensão por morte.

Estudo recente de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) mostrou que o MEI responde por quase que todo o crescimento do número CNPJs no Brasil, de 750,2 mil em 2009 para 3,9 milhões em 2023. Olhando apenas para 2021, ano em que houve um pico na criação de MEIs - eles mostraram que 63% deles haviam sido demitidos de um emprego formal. Dentro desse grupo, apenas 22,6% dos desligamentos foram a pedido do trabalhador.

Outro estudo do Ibre, de 2022, mostrou que 31,3% dos MEIs tinham ensino superior completo, proporção muito acima da média nacional, de 15,7%. Já aqueles sem instrução ou com fundamental incompleto - o público-alvo do programa - eram apenas 13,4%. Ao mesmo tempo, analisando pela ótica da renda, os pesquisadores encontraram que 56,4% dos MEI ganhava mais do que dois salários mínimos no terceiro trimestre de 2022, porcentagem maior que a do universo dos empregados com carteira (32,1 %).

"Essa explosão de abertura de MEIs pode parecer um salto do empreendedorismo, mas na realidade é apenas uma forma diferente de inserção no mercado de trabalho, mais barata e atrativa. E com o agravante de que contém grande subsídio à Previdência, que um dia precisará ser pago", diz Fernando de Holanda Barbosa, pesquisador do Ibre.

Pelo foco na população vulnerável, o programa tem alto subsídio do governo. No caso da contribuição ao **INSS**, ela é limitada a 5% do salário mínimo para o MEI (R\$ 70,60 em 2024). Já o trabalhador com carteira assinada do salário mínimo para a Previdência contribui com até 34% salário, divididos entre empregado (7,5% a 14%) e patrão (20%).

A grande diferença entre as contribuições contribui para pressionar a Previdência. Estimativa do especialista em previdência Rogério Nagamine Constanzi prevê que o déficit atuarial dos MEIs pode atingir R\$ 1,4 trilhão no futuro. Em suas contas, os MEIs representam cerca de 10% dos contribuintes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), mas na arrecadação essa participação é de apenas 1 %.

"Vale lembrar que uma contribuição em torno de 30% é justamente a que faz a Previdência atuarialmente sustentável ao longo do tempo. Se houvesse uma migração total para o MEI, ele não seria solvente", ressalta Barbosa, do Ibre. "Por ser uma modalidade relativamente nova, ela ainda não teve efeito sobre o pagamento de aposentadorias. Mas este custo vai chegar."

O estudo de Mirelle também emulou quatro cenários contra-factuais com medidas para reduzir a pejetização: eliminar o MEI, eliminar a pejetização, elevar a fiscalização e reduzir os encargos trabalhistas. Todos eles resultam em um acréscimo do bem-estar - aqui entendido como a soma de lucros, salários e **impostos** pagos. Destes, no entanto, o último, uma redução de 20% da tributação sobre a folha de pagamento, obteve os melhores resultados. A medida, no entanto, promove uma queda apenas marginal do número total de MEIs na economia, de 61,5% para 60,9%. E, embora o número de pejetizados no mercado de trabalho caia de 33% para 32,4%, sua proporção dentro do universo de MEIs sobe de 53% para 54%.

Diferentemente dos demais cenários, também há um aumento do salário tanto dos trabalhadores CLT (2,4%) quanto dos pejetizados (4,9%).

"À medida que se reduz o imposto sobre a folha de pagamentos, isso eleva um aumento na demanda por esses trabalhadores e, assim, seus salários. Com isso,

parte dos MEIs que antes eram empreendedores ou pejetizados passa ao trabalho com carteira", explica Mirelli. "Com menos MEIs pejetizados na economia, o salário ofertado a eles aumenta e isso equilibra a proporção de MEIs escolhendo ser pejetizado."

Para a pesquisadora, os resultados também deixam a pergunta sobre se o regime pejetizado não representa uma nova estrutura no mercado de trabalho, ainda que ilegal. "A pejetização é ruim no sentido de direitos trabalhistas mas, talvez ainda mais depois da pandemia, as pessoas podem estar mais dispostas a aceitar esse tipo de arranjo, que traz mais liberdade em termos de jornada de trabalho, menor burocracia na relação com a empresa."

"Se houvesse migração total para o MEI, Previdência não seria solvente" Fernando de Holanda Barbosa

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1>

# Lula assume o controle da crise com Congresso

*Andréa Jubé e Lu Aiko Otta*

Após o freio de arrumação na articulação política, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrará em campo pessoalmente para aparar arestas com os presidentes das Casas legislativas e impulsionar a agenda econômica. Num momento em que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado ameaçam derrubar vetos e avançar com "pautas-bomba" contra o governo, em reação, Lula cobrou do Ministério da Fazenda velocidade no envio ao Legislativo dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**.

Nesta segunda-feira (22), Lula reúne-se com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa, para discutir o detalhamento das propostas sobre o novo sistema tributário, que passará a contar com dois **impostos** sobre valor agregado, um federal e outro dos Estados e municípios.

O Valor apurou que o ponto caro ao presidente Lula é a definição de quais itens da cesta básica ganharão isenção fiscal, enquanto outros terão alíquota reduzida de até 60%. O presidente entusiasmou-se com a proposta da equipe econômica de um "cashback" para a população de baixa renda, ou seja, a devolução do imposto pago apenas aos mais vulneráveis. Um critério em análise é estabelecer que o benefício alcançaria os inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A prevalecer essa proposta, auxiliares de Lula avaliam que poderia ajudar a reverter a trajetória de queda na avaliação do governo. A percepção é que um dos fatores que mais influenciou a perda de popularidade do presidente foi a **inflação** dos alimentos. Apesar do recuo do IPCA nos últimos meses, os preços dos alimentos sobem acima da **inflação** desde outubro do ano passado, refletindo-se no mau humor dos brasileiros.

A regulamentação da **reforma tributária**, que tem forte potencial de alavancar o crescimento econômico, ajuda a estabelecer uma agenda positiva na semana seguinte à repercussão negativa no mercado da revisão das metas fiscais até 2026.

Nessa mesma linha de geração de fatos positivos, e na mesma segunda-feira, Lula lançará o programa "Acredita", amparado em medida provisória (MP) que

facilitará a contratação de empréstimos para os micro e pequenos empresários. Elaborada com a participação do Sebrae, a MP prevê linha de microcrédito para os inscritos no CadÚnico.

Será criada ainda uma versão do "Desenrola" para micro e pequenas empresas, e será autorizada a renegociação de dívidas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e cria o Pro-cred 360, linha de crédito voltada a microempresários individuais (MEIs) e microempresas com faturamento até R\$ 360 mil.

A MP conterà também medidas na área de crédito não voltadas aos pequenos. A primeira é um mecanismo de proteção aos investidores estrangeiros contra variação abrupta da cotação do real a ser oferecido nos empreendimentos sustentáveis. Outra é a possibilidade de bancos securitizarem as carteiras de crédito imobiliário a fim de expandir a oferta desses empréstimos.

Em outra frente, lideranças partidárias também intensificaram as cobranças para que Haddad conclua a proposta do Executivo para a regulamentação do novo sistema de **impostos**. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), gostaria de aprovar os projetos na Casa - ou pelo menos uma parte deles -, até 30 de junho, antes da debandada dos parlamentares para as campanhas.

Um influente líder de bancada ponderou ao Valor que o detalhamento da reforma é complexo, e não poderá ser votado a toque de caixa. Até a semana passada, persistia o impasse se seriam dois ou quatro projetos de lei. A partir de julho, o Congresso ficará esvaziado por causa das eleições.

No Senado, aliados do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticam a indefinição de Haddad quanto à proposta de repactuação das dívidas dos Estados. Pacheco reuniu-se com os governadores e alinhou pontos de convergência para elaborar uma minuta de projeto a ser apresentada a Haddad, e espera fazê-lo até o fim desta semana. Ele gostaria de ver o projeto tramitando até o fim deste mês.

O presidente do Senado emergiu como interlocutor dos governadores junto à Fazenda, e quer se projetar como o responsável por garantir o reequilíbrio das

contas de Minas Gerais. Ele tem o apoio de Lula para concorrer ao governo mineiro em 2026.

Aliados de Pacheco afirmam que a Fazenda deveria acelerar o

debate sobre as dívidas estaduais. Lembram que as primeiras reuniões do presidente do Senado com o Executivo para tratar da dívida mineira remontam a novembro. Haddad comandou reuniões com todos os governadores para tratar do tema, mas a articulação ainda não teve desfecho.

Nos bastidores, o Valor apurou que Pacheco não achou satisfatória a proposta de Haddad para que os governadores possam abater juros das dívidas em troca da ampliação da oferta de matrículas no ensino médio, em cursos profissionalizantes.

Nesse cenário, fontes do governo interpretaram como um recado de insatisfação a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da proposta de emenda constitucional (PEC) que resgata o "quinquênio": penduricalho que havia sido extinto e que garante a servidores de várias carreiras (magistratura, Ministério Público, auditores da **Receita Federal**, delegados) um reajuste de 5% a cada cinco anos de trabalho.

A PEC é de autoria de Pacheco, e tem impacto fiscal estimado de R\$ 42 bilhões. A bomba fiscal foi um dos temas discutidos entre Lula, os ministros Rui Costa e Alexandre Padilha (da articulação política) e os líderes governistas na sexta-feira. A avaliação é de que será preciso engajar os governadores para ajudarem a desarmar a bomba e evitar que avance ao plenário, por força do efeito cascata sobre as contas estaduais.

A assessoria de Haddad disse ao Valor que os projetos de regulamentação da **reforma tributária** serão enviados ao Congresso ainda nesta semana. Mas não comentou a pressão do Senado pela proposta final de renegociação das dívidas dos Estados.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1>**



# Governo quer regulamentar teto do funcionalismo e coibir 'supersalários', diz Tesouro

O governo levará adiante a agenda de cortes de gastos públicos mirando o "andar de cima", ou seja, vai tratar da regulamentação do teto do funcionalismo, para coibir "supersalários" dos **servidores públicos**. É o que afirma o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

"O ministro [Fernando Haddad, da Fazenda] já comentou que está super aberto a uma discussão pelo lado da despesa. Vamos começar, para dar o exemplo, pelo andar de cima. Vamos discutir penduricalhos, a regulamentação de teto de funcionalismo. Tudo tem que ser reavaliado e discutido.

Qual o objetivo da política, se ela cumpre seu objetivo, e se cumpre de forma eficiente", declarou.

A discussão ocorre em meio à aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço, para membros do Judiciário e do Ministério Público.

O texto, que seguirá para análise do plenário, turbina o salário de juízes e promotores até o limite de 35% da remuneração do servidor.

Um estudo indica que o impacto dos benefícios previstos na proposta pode chegar a R\$ 42 bilhões por ano.

**LEI DOS SUPERSALÁRIOS** Em 2021, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que regulamenta os chamados "supersalários" - que extrapolam o teto do funcionalismo - no serviço público.

O valor máximo hoje é de R\$ 44.008,52 mensais.

O texto retornou ao Senado, onde aguarda definição. A proposta em discussão no Congresso define quais pagamentos poderão extrapolar o teto do funcionalismo.

Entre eles, os auxílios para moradia, alimentação e transporte.

Confira alguns dos pagamentos que, pelo projeto, não estariam sujeitos ao teto do funcionalismo: **AUXÍLIO MORADIA**: se não houver imóvel funcional em condições de uso na localidade, se o agente não residir com outra pessoa que ocupe imóvel funcional ou receba auxílio- moradia, e se o agente não tiver residência no local; **ADICIONAL DE FÉRIAS**: se o valor não superar um terço da remuneração, desde que não decorra de um período superior a 30 dias por exercício; **PAGAMENTOS DECORRENTES DE FÉRIAS NÃO APROVEITADAS DURANTE A ATIVIDADE**: limitados a 30 dias por exercício, ou após demissão, aposentadoria ou falecimento; **Auxílio-alimentação**: até 3% do teto; **13º salário, adicional noturno e serviço extraordinário**; **Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço**; **Adicional de insalubridade**; **Auxílio-creche**: para filhos e dependentes de até cinco anos, em valor máximo por dependente de 3% do teto; **Auxílio-transporte**: em até 3% do teto; **Indenização decorrente do uso de veículo próprio em serviço**: em até 7% do teto; **Ressarcimentos de mensalidade de planos de saúde**: até 5% do teto.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que algumas gratificações de natureza remuneratória devem entrar no chamado "abate-teto".

Ficam de fora, ou seja, não são descontados, os chamados jetons (verba dos ministros por participação em conselhos de administração em estatais) ou as verbas de caráter indenizatório (como reembolsos).

**CORTES DE GASTOS** O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, também reafirmou que é preciso cortar despesas nos próximos anos para evitar, no futuro, uma restrição para gastos livres dos ministérios (que não são obrigatórios).

Uma restrição nesse sentido poderia levar a uma paralisa do setor público no futuro - situação criada pelo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas aprovada em 2023.

"Temos de tomar medidas hoje que garantam que esse cenário [de paralisa] não aconteça [no futuro].

Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica. Então tem coisas que dá pra ir fazendo e garantindo.

O país precisa tomar decisões, ou vamos colocar tudo em colapso lá na frente", disse.

Na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, a equipe econômica propôs as primeiras medidas de cortes de gastos públicos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - consideradas tímidas por analistas.

Foram anunciadas duas medidas, ambas já adotadas pelo governo.

A primeira é uma revisão do cadastro do **INSS**, com o objetivo de combater fraudes, e a segunda são mudanças no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

A bancada ruralista no Congresso Nacional, entretanto, questionou as alterações no Proagro - que reduziram o escopo do programa.

A crítica é que as medidas impactam os pequenos produtores.

Rogério Ceron também defende, em posição pessoal, uma rediscussão da chamada "morte fictícia" de militares - na qual a família recebe, se expulso do serviço por algum crime, como roubo ou estupro - o direito a uma pensão vitalícia. Seria o caso do exajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid.

"Vale a pena discutir qual o sentido de um benefício como esse.

Isso tem um simbolismo grande.

E vale um debate à luz do sol para entender se há, de fato, uma razão para isso e se alguém defende a continuidade. Em algum momento, para alguém, fez sentido criar um benefício como esse", questiona.

O secretário também confirmou que a equipe econômica encaminhará uma proposta para alterar os pisos de gastos em saúde e educação. Um estudo do Tesouro mostrou que, se alterados os pisos, pode haver uma perda de R\$ 500 bilhões para esses setores em nove anos.

"Eu diria que [a proposta de mudança dos pisos em saúde e educação] continua em um processo de construção de consenso, antes do envio (...) Essa é uma discussão que não está completamente madura ainda. Estamos conversando, dialogando, trazendo

essa discussão, mas não há decisão de governo sobre o modelo. E aí, a partir disso, a decisão de fazer", afirmou Ceron.

**Site:** <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Jornal-A-Gazeta-AP-21-e-22-04-2024-1.pdf>

# PEC do Quinquênio causa alarde no Governo Federal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, na última quarta-feira (17), a Proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece uma parcela adicional de 5% para os agentes públicos do Judiciário a cada cinco anos de carreira - a PEC do Quinquênio. O texto ainda será votado pelo plenário da Casa, mas uma possível aprovação já deixa a gestão do presidente Lula (PT) alarmada.

O bônus tem um limite de 35% por servidor. Na proposta original do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apenas juízes e procuradores seriam contemplados pelo benefício, custando R\$ 1,8 bilhão aos cofres públicos, de acordo com um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP).

Com a alteração do texto apresentada pelo relator Eduardo Gomes (PL), durante a análise da CCJ, estendendo o bônus a outros servidores, o impacto nas finanças da República é estimado em R\$ 42 bilhões anuais.

Ainda, o valor seria acrescido além do teto dos **servidores públicos** - R\$ 44 mil, o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

As categorias extras incluídas no relatório incluem ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e conselheiros dos tribunais de contas estaduais e municipais; membros da Advocacia Geral da União (AGU); e delegados da Polícia Federal. Houve ainda tentativa de incluir mais categorias na lista de beneficiados, mas acabou barrada pelo presidente da comissão, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A proposta recebeu aprovação de 18 senadores membros da comissão, e sete votos contrários da base governista, também dividida sobre a pauta, apesar dos temores da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), sobre novas despesas fixas. O estudo do CLP revela que 31,8 mil dos 266 mil magistrados seriam contemplados, e 17,8 mil integrantes do Judiciário e do Ministério Público ultrapassariam o teto salarial com o penduricalho.

O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT), utilizou a estimativa para criticar o novo texto em nome da "responsabilidade fiscal". "Quero que os colegas

entendam a bomba que pode estar por vir com essa bem-intencionada PEC, para valorizar principalmente os tribunais superiores, que não têm penduricalhos, ou pelo menos tanto penduricalho quanto têm outros Judiciários, e que colocaria o quinquênio como penduricalho", argumentou. "É um tsunami do ponto de vista das carreiras jurídicas. Terá impacto nos 26 estados e no DF, não ficará restrito. A pressão sobre os governadores será imensa. Eu fui governador, e não existe orçamento próprio de nenhum Poder", discursou o parlamentar.

Após a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, a matéria deve ser discutida em cinco novas sessões antes de ser deliberada pelo Plenário.

Rodrigo Pacheco (PSD) é o autor da proposta original

Davi Alcolumbre (UB) barrou inclusão de categorias

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240422/>

# Saiba como declarar o Imposto de Renda pela primeira vez (Imposto de Renda)

Das 43 milhões de declarações do Imposto de Renda que a **Receita Federal** espera receber neste ano, mais de 3,6 milhões devem ser de quem vai prestar contas pela primeira vez.

Nas redes, um dos posts mais comuns é o contribuinte tratar a situação como "o início da vida adulta" e mencionar a exigência como um pesadelo.

Mas a criação da declaração pré-preenchida em 2021 vem facilitando a vida do contribuinte. O recurso está disponível para quem tem conta nível prata ou ouro no portal gov.br . Clique aqui para saber como criar a conta e atingir o nível exigido .

Os dados incluídos pelo fisco no documento pré-preenchido são enviados por empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), por exemplo, e pode haver erros.

O contribuinte precisa checar os dados, corrigir eventuais erros e incluir informações que não tenham sido prestadas, pois a responsabilidade sobre a declaração é de quem envia o documento ao fisco.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo a Receita, cerca de 30% das 41 milhões de pessoas que entregaram a declaração em 2023 demoraram menos de uma hora para preencher os dados. "A declaração do Imposto de Renda é complicada? É. Mas o que há cinco anos era "Ai, meu Deus, o Imposto de Renda" agora demora menos", diz José Carlos Fonseca, superintendente nacional do IR.

O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Para quem vai declarar pela primeira vez, a primeira medida é verificar se é obrigado a enviar os dados . A Receita estabelece algumas regras e, caso o contribuinte se enquadre em qualquer uma delas, ele terá de preencher a declaração.

Uma das principais é ter recebido rendimentos tributáveis de mais de R\$ 30.639,90, o que dá R\$ 2.553,33 por mês, em salário, aposentadoria ou pensão, por exemplo. "Quem tem bens, aplica na Bolsa ou tem criptomoeda também tem regras específicas", destaca Eloisa Curi, advogada tributarista do CBLM Advogados.

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70 .

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Oteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Oteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso não se enquadre em nenhuma das regras acima, a pessoa ainda pode declarar se ela teve parte dos rendimentos retidos diretamente na fonte. É o caso, por exemplo, de quem tenha feito um bico, recebeu 13º salário ou férias que tenha superado o limite de isenção, de R\$ 1.903,98 entre janeiro e abril de 2023, e de R\$ 2.112 a partir de maio.

"Pode ser por exemplo, algum ganho eventual na empresa em que trabalha que pode ter gerado IR na fonte em determinado mês apenas. Ele pode apresentar a declaração de ajuste anual, caso pretenda restituir o Imposto de Renda. Ele vai receber 100% do que ficou retido", diz Luiz Dalben, consultor tributário da IOB.

Se você entrou em uma das regras, é hora de separar os documentos que vão te auxiliar para preencher o que a Receita quer saber.

Pegue os documentos pessoais como RG, título de eleitor e endereço, os informes de rendimentos enviados pelas empresas, bancos, financeiras, plano de saúde, plano de previdência. Separe também os comprovantes de despesas. Basicamente, a Receita quer saber tudo que você movimentou em 2023

diretor-executivo da Confirp Contabilidade

É preciso ter os documentos do titular da declaração e dos dependentes, que podem ser o cônjuge, filhos, pais, netos, avós e enteados. "Um dos motivos que mais levam à malha fina é a omissão de rendimentos, a maioria deles são dos dependentes. É preciso declarar e em fichas separadas", afirma Domingos.

A recomendação é separar os documentos o mais rápido possível para saber se você está com todos os dados que precisa e se será necessário procurar as fontes pagadoras ou quem recebeu os pagamentos para ter as notas fiscais e comprovantes. "Faça com antecedência e tenha tudo a mão para evitar problemas na declaração", avalia Marcos Hangui, especialista em Imposto de Renda na King Contabilidade.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Com os documentos separados, o contribuinte já pode começar a declaração, que pode ser feita instalando o PGD (Programa Gerador de Declaração) no computador, baixando o aplicativo Meu Imposto de Renda no celular ou no tablet, ou ainda fazendo a declaração online pelo portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita.

Para ter acesso ao aplicativo Meu Imposto de Renda, o contribuinte precisa baixar o dispositivo nas lojas PlayStore (para Android) e App Store (para iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil. É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br para preencher a declaração usando o aplicativo.

Caso você já tenha o aplicativo instalado, é preciso fazer a atualização

Após isso, vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br

Com o login feito, no item "Declarações do IRPF" clique em "IRPF 2024"

Vá em "Preencher declaração"

O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco)

Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

Vá ao portal da **Receita Federal** neste link (<https://mir.receita.fazenda.gov.br/portalmir/pagina-inicial>)

É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br

Vá em "Entrar com gov.br" e preencha o seu CPF e clique em continuar. Em seguida, informe login e senha da conta gov.br

Com o login feito, no item "Serviços do IRPF" clique em "Fazer declaração" e em seguida vá em "2024"

O programa pergunta se você quer usar a declaração pré-preenchida (clique em iniciar pré-preenchida) ou fazer a declaração do zero (clique em iniciar em branco)

Com a escolha feita, preencha os dados da declaração e envie para a Receita

Entrar no site da Receita (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/pgd/dirpf>)

No lado direito da página, vá no item "Programa IRPF 2024 Ano-calendário 2023". Se o seu sistema operacional for o Windows, clique no botão "Baixar programa". A instalação será feita automaticamente.

Caso o seu sistema operacional seja MacOS, Linux, Win32 ou multiplataforma, clique na sua opção no item "Para outros sistemas operacionais". A instalação também é automática.

Se houver algum problema na instalação, a Receita disponibilizou informações com as principais dúvidas

Após a instalação, o programa abrirá uma tela de apresentação. Clique em avançar. Ele perguntará se pode abrir um arquivo com os dados do programa, clique em avançar. Em seguida, o programa questiona se há interesse em criar uma tecla de atalho. Se houver, clique em avançar.

Após isso, a instalação está concluída e o programa já pode ser aberto.

Com o programa aberto, o contribuinte deve selecionar o item Nova Declaração e pode começar o preenchimento. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br .

A declaração é dividida em várias fichas. "É importante que o contribuinte entenda a estrutura da declaração. Uma sugestão é ir em "Instruções de preenchimento" que a Receita disponibiliza no menu. Ele também tem um item de ajuda com perguntas e respostas", afirma Eloisa.

Veja abaixo uma descrição de cada ficha

Identificação do contribuinte: dados de quem vai declarar como nome, data de nascimento, título de eleitor, endereço, telefone e ocupação

Dependentes: preencher dados de pessoas que dependem financeiramente do titular da declaração e não se enquadram em nenhuma das regras de obrigatoriedade de envio de dados ao fisco. O dependente só pode ser informado por um contribuinte e deve respeitar as regras previstas em lei. Clique aqui para saber quem pode ser dependente .

Alimentandos: passa a ser uma ficha separada neste ano. Aqui, é preciso incluir os dados do alimentando, que é a pessoa que recebe pensão alimentícia ,

mediante decisão judicial ou escritura pública. A Receita passou a exigir os dados do processo ou da escritura, além do CPF do alimentando.

Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica: o que você recebeu em 2023 em salários, aposentadoria, pensão, locações e atividades rurais, por exemplo, de pessoa jurídica.

Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa física/externo: os mesmos rendimentos da ficha anterior, mas agora de pessoa física ou do exterior. Os dados podem ser importados do Carnê-Leão, que foi pago mensalmente em 2023.

Rendimentos isentos e não tributáveis: incluir dados de indenizações por rescisão de contrato de trabalho, valores provenientes do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), parcela isenta de aposentadoria, rendimentos de poupança e outros investimentos, lucros e dividendos, e recebimento de seguro ou pecúlio são alguns dos exemplos

Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva: aqui se enquadram, por exemplo, rendimentos de 13º salário, ganho de capital de bens, aplicações financeiras e juros de capital próprio

Rendimentos recebidos acumuladamente: ganhos em ações trabalhistas de anos anteriores, de valores acumulados de aposentadoria recebidos em uma vez, precatórios e outros pagamentos que se acumularam ao longo dos anos

Imposto pago/retido: constam os dados do que foi pago pelo contribuinte ou retido na fonte, pagamento de carnê-leão e imposto complementar

Pagamentos efetuados: relacionar todas as despesas que são passíveis de dedução como gastos médicos, com educação, previdência privada (apenas PGBL), pensão alimentícia, advogados, profissionais liberais, corretores e aluguel (caso seja o locatário e tenha pago **impostos**, condomínio e contas de consumo)

Doações efetuadas: doações feitas para entidades beneficentes ligadas a crianças, adolescentes e idosos, fundo de desporto, lei cultural, incentivo à reciclagem (no caso de empresas) e programas como Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência). Cada entidade tem um percentual de abatimento no IR permitido.

Bens e direitos: são os patrimônios que o contribuinte detém como, por exemplo, contas bancárias, aplicações em fundos de investimento, ações, carro,

imóvel, criptoativo, joias, ouro e participações societárias.

Dívidas e ônus reais: relacionar as dívidas e ônus pagos em 2023

Espólio: preencher quando houver uma definição final sobre a partilha de bens . Deve ser preenchida apenas pelo inventariante, que é a pessoa designada responsável pelo espólio.

Doações a partidos políticos e candidatos: doações feitas para políticos e partidos em 2023

Caso o contribuinte tenha optado pela pré-preenchida, parte dos dados já estarão na declaração, mas cabe ao responsável pelo documento verificar se as informações estão corretas.

"O que recomendo é imprimir os dados que você tem na pré-preenchida para conferir se os dados estão batendo com o que o contribuinte tem em mãos", afirma Eloisa.

Com as fichas preenchidas, faça uma revisão em todos os dados e, em seguida, escolha a melhor forma de tributação, no lado esquerdo. As opções são "por deduções legais", que é a declaração completa, e "por desconto simplificado", que desconta R\$ 16.754,34 do imposto devido.

O contribuinte deve escolher a que for melhor para ele. O modelo de tributação pode ser alterado até 31 de maio, em caso de envio de uma declaração retificadora . Depois deste prazo, não é mais possível a mudança de tributação.

Quem for casado ou tenha união estável há mais de cinco anos, pode ainda simular se compensa fazer a declaração conjunta ou separada . "Se as despesas dedutíveis superarem R\$ 16.754,34, a declaração por dedução legal costuma ser a mais vantajosa", analisa Sandro Rodrigues, contabilista da Attend Contabilidade.

Depois de definir a melhor tributação, verifique se há pendências na declaração no item "Verificar pendências", em Fichas da Declaração. A ferramenta aponta se há erros. Caso a pendência esteja na cor vermelha, o contribuinte terá de corrigir obrigatoriamente para o envio da declaração. Já a cor amarela é uma correção opcional e não impede o envio.

O item não analisa os valores mencionados na declaração, apenas se as fichas estão preenchidas adequadamente. Toda a checagem de dados cabe ao contribuinte. Em caso de omissão ou falhas, a

declaração pode ser retida pela Receita, parando na chamada malha fina, e o responsável será obrigado a prestar esclarecimentos para o fisco.

Enquanto não houver a solução, a declaração fica retida e não entra em eventuais lotes de restituição.

Se o contribuinte tiver de pagar imposto, ele precisa definir se fará a quitação em parcela única ou em até oito vezes. Ele pode também optar pelo débito automático. No caso da parcela única ou da primeira parcela, essa escolha tem de ser feita até 10 de maio.

Se for receber restituição, o contribuinte informa o banco e a conta para o depósito da quantia. A Receita reembolsará em cinco lotes , sendo que o primeiro será em 31 de maio. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

Idoso com 80 anos ou mais

Idoso com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e com doença grave

Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério

Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix

Demais contribuintes

No momento que a declaração for enviada, o programa oferecerá a opção de imprimir uma cópia do recibo e da declaração. "É importante guardar o recibo da declaração, pois ela é pedida no ano seguinte e a Receita também tem cinco anos para questionar a sua declaração", diz Eloisa.

O contribuinte deve aceitar a opção e será disponibilizada uma cópia em PDF. Em caso de problema no momento do envio, é possível fazer uma cópia depois, clicando no campo "Baixar arquivo da declaração entregue". Escolha o ano e faça o download do arquivo.

Preencha e grave a declaração para enviar; o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo.

O trabalho não acaba na entrega da declaração. Depois disso, o contribuinte deve checar caiu na malha fina ou se foi aprovada. A Receita costuma demorar 24 horas para fazer o diagnóstico e informar ao cidadão.

O acompanhamento é feito pelo e-CAC. Entre em Meu Imposto de Renda, no e-CAC. O monitoramento

também pode ser feito no Sistema de Consulta de Restituição de Imposto de Renda , informando CPF, data de nascimento e ano de exercício (no caso é 2022).

Se houver pendências, é preciso corrigir a declaração, indo novamente ao programa do IRPF. Escolha a opção "declaração retificadora". Tenha o número do recibo de entrega em mãos. Veja qual foi a pendência sinalizada, faça a correção e envie. Será emitido um novo recibo. Guarde-o.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/saiba-como-declarar-o-imposto-de-renda-pela-primeira-vez.shtml>**



# O que são ganhos de capital? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

**Regilaine Specia de Arruda é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar- Associação Brasileira de Planejamento Financeiro. E-mail: [regilaine.arruda@unimoinvestimentos.com.br](mailto:regilaine.arruda@unimoinvestimentos.com.br)**

O que são os ganhos de capital? Quando ele ocorre e qual o impacto na renda e nos **impostos**?

Regilaine Specia de Arruda, CFP, responde:

Os ganhos de capital estão relacionados ao quanto se pode lucrar com a venda de um ativo. Suponha adquirir um imóvel por R\$ 500 mil e, após determinado período, vendê-lo por R\$ 650 mil. A diferença positiva entre o preço de compra e o preço de venda (R\$ 150 mil) é o ganho de capital. Assim, esse valor é utilizado para calcular o lucro e determinar o montante de **impostos** a ser recolhido na transação.

Essa dinâmica não se limita à compra e venda de imóveis. Qualquer ativo que permita apurar a diferença entre um preço inicial (de compra) e um preço final (de venda) é um ativo suscetível a gerar esses ganhos.

Dentre tais ativos, podemos destacar os imóveis, como citado no exemplo, veículos, embarcações, obras de arte, joias, cotas de sociedades de empresas, vendas de patentes e direitos autorais e, ainda, os ativos negociados no mercado financeiro, como ações e fundos imobiliários.

Os ganhos de capital não se restringem a investimentos. Mesmo alguém que possua uma casa para residência e, posteriormente, decida vendê-la para adquirir uma nova propriedade estará sujeito à apuração do ganho de capital para fins fiscais. A legislação oferece benefícios nesses casos, como a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre o ganho de capital quando o valor da venda é reinvestido em outra propriedade dentro de 180 dias, sendo possível utilizar esse benefício a cada cinco anos por pessoa física.

A apuração do ganho de capital pode ser simples, considerando apenas a diferença entre os preços de compra e de venda, ou mais complexa, envolvendo cálculos precisos que contemplam benefícios fiscais e custos operacionais. Essa abordagem visa determinar o ganho de capital líquido, reduzindo o valor dos **impostos** a recolher, especialmente quando envolvem

bens ou direitos sujeitos à tributação sobre os ganhos.

No contexto tributário brasileiro, os ganhos de capital apresentam implicações fiscais significativas. O país possui diversas regras tributárias para pessoas físicas e jurídicas, englobando **tributos** federais e estaduais, contemplando isenções e cálculos variados.

A alíquota incidente sobre o ganho de capital é progressiva e varia conforme o valor da venda: até R\$5 milhões, 15%; a partir de R\$ 5 milhões até R\$10 milhões, 17,5%; a partir de R\$ 10 milhões até R\$ 30 milhões, 20%; de R\$ 30 milhões em diante, 22,5%.

Além disso, existem alíquotas fixas de 15% ou 20%, como ocorre nas negociações de ativos via mercado de capitais: ações podem pagar 15% de IR, ou 20% em caso de operações de "day trade", e no caso de venda de fundos imobiliários a alíquota é de 20%.

É essencial compreenderes detalhes e as regras de isenção, benefícios, prazos de apuração, cálculos e recolhimento de **impostos** para evitar multas e irregularidades com a **Receita Federal**. Os ganhos de capital são sujeitos a fiscalização, exigindo documentação precisa mesmo após a declaração de Imposto de Renda.

Calcular esses ganhos é crucial para gerenciar o crescimento patrimonial resultante de vendas de bens e direitos, assim como compreender seus impactos na estrutura fiscal, especialmente no que diz respeito à apuração do Imposto de Renda.

Manter atualização sobre as normas é importante, e buscar orientação profissional, como advogados, contadores ou planejadores financeiros pode ser benéfico diante da complexidade do tema.

Regilaine Specia de Arruda é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar- Associação Brasileira de Planejamento Financeiro.

E-mail: [regilaine.arruda@unimoinvestimentos.com.br](mailto:regilaine.arruda@unimoinvestimentos.com.br)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849>

# Inca defende aumento de imposto sobre bebidas

Beber pode ficar mais caro no Brasil, se depender de entidade que investiga o câncer no país: prática é uma das principais responsáveis pelo aumento de tumores na população

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) divulgou nota em apoio ao aumento de **impostos** sobre as bebidas alcoólicas como uma das formas de proteger a saúde da população brasileira. O tema está sendo discutido em meio à tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 29/2024, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Vinculado ao Ministério da Saúde, o Inca presta serviços médico-assistenciais a pacientes com câncer e também participa da formulação de políticas nacionais e coordena ações relacionadas com a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer. Além disso, também desenvolve pesquisas clínicas e epidemiológicas.

De acordo com a nota, estudo do Inca - realizado em 2022 - concluiu que o consumo de álcool foi responsável por R\$ 81,51 milhões dos gastos federais com o tratamento de câncer, em 2018, no país.

Trata-se de um valor parcial, pois, segundo os pesquisadores, foram calculados os aportes referentes a procedimentos hospitalares e ambulatoriais no Sistema Único de Saúde (SUS) em pacientes com 30 anos ou mais.

Além disso, eles estimaram que esse montante poderia chegar a R\$ 203 milhões em 2030.

Câncer "Se as pessoas não consumirem esse tipo de produto [bebidas alcoólicas], 17 mil novos casos e 9 mil mortes por câncer poderiam ser evitadas por ano", acrescenta a nota.

O Inca adverte que o uso de bebidas alcoólicas está diretamente associado ao aumento do risco de desenvolvimento de pelo menos oito tipos de câncer, os quais estão entre os mais diagnosticados na população: boca, faringe, laringe, esôfago, fígado, intestino, mama e estômago. O aumento da tributação - com a esperada queda no consumo - poderia contribuir para a redução de mortes e também dos custos econômicos envolvidos nos tratamentos.

O Projeto de Lei Complementar 29/2024 deverá regulamentar o Imposto Seletivo (IS), como vem sendo chamado de dos novos **impostos** previstos na **Reforma Tributária** aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional.

O artigo 153 da Constituição Federal foi alterado para incluir um novo inciso. Ele estabelece um imposto sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A **Reforma Tributária**, no entanto, fixou a necessidade de uma Lei Complementar para regulamentar o tributo, na qual ficaram definidos quais os produtos serão taxados, bem como as alíquotas e as regras.

O Imposto Seletivo tem por princípio a seletividade, isto é, usa a tributação para desencorajar o consumo de bens selecionados. Ele foi adotado por outras nações e ganhou o apelido em inglês por Sin Tax ("imposto do pecado", em tradução literal).

O alvo são geralmente produtos com alto potencial ofensivo à sociedade e que são prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

As legislações variam de país para país e podem atingir produtos variados como álcool, doces, tabaco, armas de fogo, etc.

**Site:**

[https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2024/04/Jornal-O-Hoje\\_2024\\_04\\_22.pdf](https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2024/04/Jornal-O-Hoje_2024_04_22.pdf)

# Clima político ruim e sucessão na Câmara deixam cronograma da reforma tributária indefinido (Reforma tributária)

O clima político ruim entre Executivo e Legislativo e a antecipação das articulações pela sucessão da presidência da Câmara deixaram o cronograma de votação dos projetos da **reforma tributária** indefinido.

Deputados ouvidos pela Folha afirmam que dificilmente a regulamentação da reforma será concluída neste semestre, dada a proximidade com o recesso parlamentar, que começa oficialmente em 18 de julho.

A votação deve se estender pelo segundo semestre, sobretudo após a realização das eleições municipais, contrariando a expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de uma tramitação mais célere.

Além dos obstáculos políticos, o envio dos projetos pelo governo, previsto inicialmente pelo Ministério da Fazenda para o começo de abril, também vem sofrendo atrasos e aguarda agora uma conversa de Haddad com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para bater o martelo final.

Os textos estão fechados, e as linhas gerais foram apresentadas a Lula na sexta-feira (19). É pouco provável, no entanto, que as propostas sejam encaminhadas nesta segunda-feira (22), segundo integrantes do governo que participam das negociações.

O Executivo quer foco no pacote de estímulo ao crédito e de renegociação de dívidas de micro e pequenas empresas, uma das prioridades do presidente para ativar o crescimento. Ele será lançado nesta segunda em cerimônia no Palácio do Planalto.

Antes do envio ao Congresso, Haddad também pretende conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para falar sobre o posicionamento do governo em optar por dois projetos de lei complementar com as normas para a implementação da **reforma tributária**.

Um dos textos vai instituir a lei geral do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios, e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), do governo federal. O outro projeto vai tratar do comitê gestor e do

processo administrativo do IBS.

Um terceiro projeto de lei ordinária foi elaborado para normatizar o funcionamento do FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional), que vai ser usado no futuro para distribuir recursos para estados e municípios.

Lira sinalizou a aliados que estuda a possibilidade de fatiar os textos que serão enviados pelo governo Lula para prestigiar diferentes grupos políticos ou partidos com as relatorias.

Esse movimento faz parte da estratégia do alagoano para agregar apoio em torno de um nome de sua escolha na disputa pela sucessão da presidência da Câmara, em fevereiro de 2025.

Lira não pode ser reeleito e tenta transferir seu capital político a um nome de seu entorno, numa tentativa de manter influência.

Além disso, lideranças afirmaram à reportagem, na condição de anonimato, que o presidente da Câmara pode tentar esticar o debate até o fim do ano para ter um trunfo nas negociações com o governo, uma vez que ele próprio reconhece que sua influência com os demais deputados deverá ser reduzida conforme a proximidade do pleito.

Por causa desse movimento, passou a circular nos bastidores da Casa a possibilidade de que o relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pudesse ter sua posição de protagonismo na relatoria dos projetos ameaçada.

Ribeiro, no entanto, tem apoio do Ministério da Fazenda, de integrantes de frentes parlamentares e de representantes do setor produtivo para seguir como relator.

Integrantes do governo estão atentos aos riscos e temem que o avanço da pauta econômica, sobretudo a regulamentação da reforma, esbarre nas negociações para atender a interesses ligados à sucessão.

Do mesmo partido de Lira, Ribeiro pode se fortalecer mais à frente como um candidato para a presidência da Câmara com os holofotes da reforma. Para isso, porém, ele também precisaria ter apoio de sua legenda, o PP.

Em 2023, ele foi escolhido para ocupar a função de relator da PEC por causa de um acordo político costurado por Lira com o MDB para obter apoio da sigla à sua reeleição naquele ano.

No fim de 2023, Lira sinalizou a interlocutores em conversas reservadas que ele poderia designar relatores diferentes aos projetos de regulamentação para dar celeridade à tramitação.

Na semana passada, Ribeiro deixou a liderança da maioria na Câmara e foi substituído pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE), que é próximo de Lira.

Essa troca na liderança foi costurada pelo próprio presidente da Casa e foi lida por parlamentares como estratégia do alagoano em consolidar apoio do PDT na disputa por sua sucessão.

Com a mudança, Ribeiro se torna líder da maioria no Congresso Nacional. A interlocutores, o deputado afirmou que a decisão foi tratada com Lira previamente.

O líder da maioria é um parlamentar que representa o partido ou bloco com maior número de integrantes. Ele participa de reuniões do colégio de líderes, de negociações e tem direito a tempo de liderança nas sessões.

Em meio à possibilidade de fatiamento dos projetos, outros nomes despontam como candidatos às relatorias.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) é um dos que estão no páreo. Em conversas reservadas, ele vem defendendo um número maior de projetos.

A seu favor, Lopes conta com o fato de ter sido coordenador do grupo de trabalho criado no ano passado por Lira para facilitar a aprovação da PEC pelos deputados. Ao lado de Ribeiro, o petista foi um dos parlamentares mais engajados nas negociações do texto.

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que também integrou o grupo de trabalho da reforma, é outro cotado para uma relatoria. Ele tem a seu favor seu histórico como secretário de Fazenda do Ceará e o bom trânsito com o Ministério da Fazenda.

A escolha de um novo nome, no entanto, é criticada

por quem tem pressa em aprovar a regulamentação. Designar novos relatores que não estão familiarizados com o texto da PEC pode tornar o processo mais lento, dado que eles precisarão tomar pé dos meandros técnicos da reforma.

Nos bastidores, parlamentares comparam essa situação com o cenário que é esperado no Senado. Interlocutores do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmam que a tendência hoje é que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) seja o único relator dos projetos da regulamentação, dando continuidade ao trabalho que fez na PEC.

Apesar das incertezas políticas e das negociações, deputados dizem que Lira pretende finalizar o processo de regulamentação ainda neste ano, uma vez que considera que a **reforma tributária** será seu grande legado à frente da presidência da Câmara. Desde o começo do processo, Lira se colocou como uma espécie de fiador da proposta.

As frentes parlamentares, que se reuniram para apresentar 13 projetos alternativos de regulamentação, vão pedir a Lira para montar uma comissão especial para juntar todas as propostas, as do governo e as da Câmara.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/clima-politico-ruim-e-sucessao-na-camara-deixam-cronograma-da-reforma-tributaria-indefinido.shtml>**

# Imposto Seletivo sobre insumos para energia limpa e saúde (Reforma tributária)

Um dos desafios para os projetos de lei que regulamentam a **reforma tributária** será a solução de aparentes contradições no texto constitucional sobre o Imposto Seletivo.

A reforma prevê a criação de um Imposto Seletivo adicional sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, de acordo com regras previstas em uma lei complementar.

A emenda constitucional da reforma também diz que esse tributo não poderá ser cobrado sobre bens ou serviços com alíquotas reduzidas, como alguns alimentos e itens de saúde.

Esse ponto tem levado muitas empresas e tributaristas a afirmar que não seria possível tributar um produto considerado prejudicial à saúde ou ao meio ambiente, minério ou derivado de petróleo, por exemplo, quando este servir de insumo para um produto desonerado, como dispositivos médicos.

O texto constitucional, no entanto, diz que, na extração (de minérios ou petróleo, por exemplo), "o imposto será cobrado independentemente da destinação".

Esse ponto também levanta outra questão. A Constituição prevê que o seletivo não incidirá sobre as exportações. Mas o que ocorre na venda de petróleo e minérios para o exterior?

Em evento realizado na quinta (18) e sexta (19) pelo Ciesp (centro das indústrias de São Paulo) e pela Escola Superior da AGU (Advocacia-Geral da União), Breno Vasconcelos, professor da Escola de Direito da FGV-SP e do Insper, disse que a expressão "independentemente da destinação" se refere ao uso do insumo e não destino da venda (mercado interno ou exterior).

Ele também afirmou que o modelo adotado pelo legislador brasileiro é um tributo de natureza extrafiscal, que vai ter natureza regulatória, não arrecadatória.

Disse ainda que o seletivo na extração não deve incidir sobre insumos para produtos que são benéficos à saúde e ao meio ambiente.

No mesmo evento, Valdir Simão, ex-ministro do Planejamento e da CGU (Controladoria Geral da União), afirmou haver risco de utilização meramente arrecadatória desse tributo e de aplicação do imposto inclusive para produtos benéficos à saúde e ao meio ambiente.

O projeto sobre o seletivo apresentado por um grupo de frente parlamentares ( PLP 29 ), que tenta dificultar a implantação de tal imposto, foi definido pelo ex-ministro como um texto com uma redação "terrível".

Denise Lucena Cavalcante, procuradora da Fazenda Nacional e professora da Universidade Federal do Ceará, criticou a mesma proposta e disse que a tributação adicional de bens nocivos ao meio ambiente é uma realidade mundial e não deve ser vista como um risco, mas uma oportunidade para o país e para o mercado.

No mesmo debate, Vanessa Rahal Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper, afirmou que, ao contrário do que ocorre em relação ao IVA, não há consenso sobre o funcionamento de um imposto seletivo, nem na literatura tributária, nem na experiência internacional.

Esse tipo de tributo pode ter caráter fiscal ou extrafiscal e arrecadação com destinação específica ou não. Há casos em que houve êxito no objetivo de reduzir o consumo de determinados bens, e experiências com resultados controversos.

Canado, que foi assessora do Ministério da Economia, defende que o governo apresente uma solução que seja correta do ponto de vista técnico. Concessões políticas, segundo ela, só devem ser feitas durante as discussões no Legislativo. "As concessões políticas devem vir em cima de um conteúdo técnico correto."

No caso das bebidas alcoólicas, ela citou como exemplo recente o Reino Unido, que após o Brexit aproveitou um estudo da União Europeia para adotar a tributação por conteúdo alcoólico -algo que a própria UE resiste em adotar por questões políticas.

Houve, no entanto, uma adaptação local: criar uma tabela para cada tipo de bebida com tributação "ad rem" (com valor fixo por conteúdo de álcool), uma questão política, e não técnica, segundo a tributarista.

Canado destacou ainda o mito de que alguns países adotam tributação reduzida para alguns desses produtos. Nenhum lugar, nem Itália nem França, tem alíquota reduzida para vinho , afirmou.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/04/imposto-seletivo-sobre-insumos-para-energia-limpa-e-saude.shtml>**

# Empresas gastam mais com juro do que com investimento

**Adriana Mattos**

As companhias brasileiras gastaram mais com despesas financeiras, compostas principalmente pelo pagamento de juros, do que com as suas atividades de investimento em 2023, mostra levantamento realizado a pedido do Valor com todas as empresas de capital aberto do país.

Foram R\$ 306,8 bilhões com essas despesas no ano passado, alta de 8,2% frente a 2022, e ao mesmo tempo, o caixa das atividades de investimento alcançou R\$ 298,7 bilhões, pratica mente estável no mesmo intervalo analisado.

Apesar da piora do ambiente econômico e da escalada da taxa básica de juros (Selic) após 2021, não se viu esse mesmo cenário em 2022. Naquele ano, os investimentos somaram R\$ 299,2 bilhões, valor acima dos gastos com juros e encargos, em R\$ 283,6 bilhões.

Os dados de balanços de 386 empresas abertas não financeiras foram coletados pelo professor e consultor André Freitas de Moura, da FGV/EAESP, com PhD em contabilidade e finanças na Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

Embora o movimento de recuo da Selic pelo Banco Central, após 2023, possa atenuar esse impacto neste ano, com a decisão do governo de adiar a meta fiscal, há consenso no mercado de um ritmo mais lento de queda dos juros. Deterioração do cenário global pela piora do ambiente geopolítico em 2024 também pesa na balança.

Isso afeta diretamente planos de investimento pela necessidade de as empresas protegerem seu caixa. "A mesma história que vimos em 2022 e 2023, tem cara que se repetirá em 2024, com a pressão de juros ainda relevante e "spread" bancário resistindo a ceder", disse Pedro Magalhães, que por mais de duas décadas esteve na diretoria financeira de grandes grupos.

Segundo ele, cerca de 70% do custo dos bancos, numa operação de dívida junto às pequenas e médias empresas, é "spread", e esse índice não vem caindo. "É algo que afeta custo de capital, e portanto, investimentos", diz. Houve aumento de 0,5 ponto na

taxa do spread para empresas em 2024 (para 9,2% ao ano), informa o BC. Em 2023, subiu 0,2 ponto.

O "spread" é a diferença entre taxas cobradas pelos bancos e as que eles pagam para captar recursos.

O recuo mais paulatino nas taxas pode atrasar uma queda mais forte das despesas das companhias com dívidas atreladas à Selic - bancos estimam que o estoque da dívida corporativa no país gira em torno de R\$ 600 bilhões de empresas abertas e fechadas.

Especialistas lembram que os movimentos de investimento variam segundo o setor - empresas de consumo seguram gastos, mas de áreas como telefonia e papel têm anunciado desembolsos maiores. Mas isso ocorria antes de o risco fiscal subir dias atrás.

"Já podemos ver empresas que planejavam gastos maiores falando em refazer a rota, e uma chiadeira maior de empresários em jantares e conversas privadas desde a semana passada. Dívida pública maior só gera **inflação** e afeta confiança", disse um empresário do setor bens de capital, nesse mercado desde 1972.

O levantamento de Moura ainda mostra que piorou o indicador que mede a relação entre despesas e caixa aplicado em investimentos.

Esse índice atingiu 0,84 em 2023 frente a 0,80 em 2022. Equivale a dizer que, enquanto a empresa colocou R\$ 100 em investimentos, os gastos em juros para financiar o crescimento passou de R\$80 para R\$ 84.

O índice geral foi calculado dentro de uma mediada dos indicadores de cada empresa, de forma a eliminar valores extremos e distorções.

O estudo não considera instituições financeiras e inclui Petrobras e Vale, mas ao se desconsiderar as duas empresas, foram R\$ 272,3 bilhões em despesas financeiras em 2023 - superior aos R\$ 227,8 bilhões em investimentos.

Na avaliação de Eliseu Martins, professor titular e emérito da FEA/USP, e membro convidado do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), as despesas

foram pressionadas pela escalada dos juros, e só não cresceram mais porque, para escapar da alta, as empresas reorganizaram as dívidas, buscando financiamentos atrelados a taxas pré-fixadas, e até a índices como inflação.

"Quando a Selic estava a 2% ao ano em 2020, os grupos cientes de que isso não se sustentaria trataram de fugir da Selic", disse Martins.

"Mas tem muito empréstimo ainda em moeda estrangeira, e que agora, com o dólar em alta, isso volta a preocupar caso câmbio se mantenha pressionado pelo cenário de incerteza global".

O impacto de dólar para as empresas é contábil, e não caixa, e sentido por empresas sem hedge cambial. A divisa acumula valorização de 3,67% em abril e de 7,13% em 2024.

Embora a Selic tenha caído após agosto de 2023, as companhias "carregaram" no balanço o pico da taxa, em 13,75%, em 2022 e boa parte do ano passado.

O efeito positivo do recuo dos juros veio mesmo após o quarto trimestre de 2023. Hoje, a Selic está em 10,75% ao ano.

Pelos dados coletados, Moura verificou que o peso dos investimentos na receita total dos grupos entre 2022 e 2023 caiu, mas a participação das despesas na receita manteve-se estável.

"As companhias abertas gastaram soma maior com juros do que com investimentos em 2023, e foi algo causado mais pelo recuo no investimento do que por uma alta nos desembolsos com juros e encargos, que já estava elevado", afirmou Moura.

Nas despesas estão juros, impostos e gastos na contratação de linhas. Os investimentos incluem pagamento de aquisições, aplicações financeiras, recursos de venda de negócios, entre outros.

Outro levantamento, realizado pela equipe do Valor Data com as empresas abertas, mostra o efeito da alta das despesas financeiras líquidas no resultado final das companhias.

Pelos números, que excluem Petrobras, Vale e companhias em recuperação judicial, essas despesas subiram 25% no ano passado, e ao mesmo tempo, o lucro líquido caiu 12% - passou de R\$ 213 bilhões para R\$ 186 bilhões.

Houve recuo no resultado final mesmo com as despesas operacionais (que também afetam lucro) subindo pouco, cerca de 5%, perto da inflação do

período. Foi apenas no quarto trimestre que o gasto com juros deu trégua, com queda sobre o ano anterior.

As expectativas dos analistas de bancos é que a hipótese de um recuo mais lento da Selic, e a valorização do dólar frente ao real volte para a discussão nas teleconferências dos resultados do primeiro trimestre das empresas, que começaram na semana passada.

É uma forma de medir a temperatura dos grupos em relação aos dois temas, e a questão já foi levantada na primeira publicação de resultados das empresas abertas, da fabricante de máquinas Romi, na quinta-feira (18).

Perguntado sobre a mudança no cenário de juros e dólar após o adiamento na meta fiscal, o diretor-presidente da companhia, Luiz Cassiano Rosolen, afirmou que a alta da Selic teria impacto direto no humor de seus clientes.

O executivo ainda disse que, num cenário de investimentos contraídos no setor, o seu negócio de aluguel de máquinas cresce - operação foi lançada após a crise da pandemia, em 2020. "Quando o cliente não está confortável em fazer um investimento na compra de máquinas, tem a opção do aluguel", disse. Os pedidos de locação de máquinas subiram 129% de janeiro a março, frente a 2023. No ano passado, a alta foi de 34%.

Dá para esperar que esse debate ganhe corpo maior, entre os analistas e as companhias, nos segmentos mais dependentes de créditos, e sensíveis às variações no ambiente de confiança-como indústrias de consumo e as varejistas de eletrônicos e de tecnologia.

R\$600 bilhões é o total da dívida corporativa no Brasil

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1>



# Insegurança jurídica na reforma (Artigo)

**Ivone Maria da Silva**

Ivone Maria da Silva

A lei nº 14.789/23, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais para investimentos concedidos por estados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), trouxe um cenário de incertezas para as empresas, já que estabelece novos critérios para o abatimento de valores dos benefícios nesse tributo na base de cálculo de **tributos** federais. Ou seja, apenas poderá ser abatido o valor dos incentivos fiscais que forem usados para investimentos, e não despesas de custeio, como salários, por exemplo. Com isso, restringe muito a atuação das empresas.

Outro aspecto da lei que causa preocupação é que as empresas que já estão instaladas nos estados não poderão ser beneficiadas, mesmo que queiram criar filiais, mas apenas aquelas que pretendam se instalar. A rigor, com essa nova lei, o governo federal elimina a isenção de **tributos** sobre subvenções, mantendo apenas a possibilidade de creditar fiscalmente subvenções para investimento. Com isso, a expectativa do governo é alcançar uma arrecadação ao redor de R\$ 35 bilhões em 2024, objetivo que é apontado como fundamental para o governo federal zerar o déficit fiscal. Em contrapartida, haverá sensível redução na arrecadação dos estados.

No caso específico de Goiás, a lei desfaz o que o governo estadual concedeu às indústrias para atraí-las para o Centro-Oeste, ao abrir mão de receitas, pois a medida provisória nº 1.185/23, que modifica o regime anterior de tributação dos incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos estados, passa também a cobrar PIS e Cofins. Em outras palavras: a medida provisória nº 1.185/23 inviabiliza a arrecadação dos estados.

O resultado disso será também o empobrecimento das empresas, que, provavelmente, terão de tirar de seu patrimônio a quantia que deixarão de ganhar. Ou, então, procurar repassar o prejuízo para o preço final de seus produtos, correndo o risco de perder mercados. No caso de Goiás, a previsão é que o governo federal deverá levar quase 40% dos benefícios previstos no Produzir, programa estadual que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, afetando também o ProGoiás.

Como se vê, a nova legislação vem causando muita

insegurança jurídica e o que se prevê é uma enxurrada de recursos ao Judiciário por parte das empresas que se sentirão prejudicadas. É o caso da subvenção, um subsídio dado pelo governo, que permitia às empresas reduzirem ou ficarem isentas do pagamento de **tributos**, como estímulo à instalação ou ampliação de empreendimentos. De acordo com a legislação anterior, as empresas podiam contabilizar as subvenções para diminuir o pagamento de **tributos** federais.

A lei prevê agora que as subvenções concedidas pela União, por estados ou municípios, como aquelas em relação ao ICMS, deverão entrar na base de cálculo de **tributos** como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS e a Cofins. De acordo com a nova sistemática, quando se tratar de uma subvenção para investimentos, a empresa poderá apurar crédito fiscal a ser usado para compensar **tributos** federais ou para pedir ressarcimento.

Seja como for, muitos detalhes previstos pela nova legislação precisam ser esclarecidos para que o empresário não seja surpreendido por multas e outras punições. Por isso, desde logo, é recomendável que, antes de qualquer decisão, consulte um especialista em incentivos fiscais ou um contador ou um advogado tributarista.

Ivone Maria da Silva, economista, é empresária e integrante do Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon-GO) e do Conselho Administrativo Tributário de Goiás (CAT-GO)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/22-abril-2024/1o-caderno>

# Para meta de 2025, governo precisa de R\$ 50 bi até agosto

**FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO GIORDANNA  
NEVES BRASÍLIA**

Arrecadação R\$ 123,9 bi é a receita extra necessária para que haja superávit em 2025

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O governo vê uma janela de oportunidade até o final de agosto, quando precisa apresentar o projeto de Orçamento para 2025, para avançar no esforço adicional para ampliar em cerca de R\$ 50 bilhões as receitas, montante necessário para garantir uma meta fiscal neutra no próximo ano.

O Estadão/Broadcast apurou que é consenso na equipe econômica de que será necessário apresentar novas medidas de arrecadação, mas, para além do cálculo orçamentário, a avaliação é de que é preciso mensurar a viabilidade política.

Um integrante da equipe econômica afirmou com a condição de anonimato que a Fazenda fará todo o possível para perseguir as metas fixadas - sem alteração no plano de resultado neutro em 2024. O foco segue sendo a recomposição da base fiscal, com a manutenção de uma trajetória que aponte para um superávit e seja crível. O avanço na pauta de revisão de gastos também é visto como crucial.

O último relatório de Projeções Fiscais do Tesouro, publicado em março, expôs o tamanho do desafio que o Executivo teria caso mantivesse a meta de fazer um superávit de 0,5% do **PIB** no próximo ano.

O órgão estimou que, para cumprir esse objetivo, o governo precisaria buscar mais R\$ 123,9 bilhões de receitas extras - o equivalente a 1% do **PIB**. Em 2026, cujo alvo anterior era de superávit de 1% do **PIB** (R\$ 132,3 bilhões), o esforço de arrecadação teria de ser ainda maior, de R\$ 172 bilhões.

Agora, com a meta de fazer um resultado positivo de 0,25% do **PIB** no último ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, essa conta reduz para cerca de R\$ 70 bilhões.

AGENDA. A limitação do calendário do Congresso neste ano em razão das eleições municipais foi um dos fatores considerados na definição da nova meta. Após o Parlamento aprovar em 2023 um pacote de medidas que garantiu quase R\$ 170 bilhões em arrecadação extra, a equipe econômica percebeu que o ímpeto dos deputados e senadores não seria o mesmo em 2024.

# Cenário favorável para garantir o rendimento da aposentadoria

**NATHÁLIA LARGHI E MARCELO D AGOSTO**

O número de fundos de previdência que rendem mais do que a **inflação** vem subindo nos últimos tempos. Isso significa que a grande maioria desses produtos está garantindo o poder de compra de quem investe, cumprindo, assim, o objetivo de proporcionar uma aposentadoria financeiramente tranquila. Levantamento feito pelo Valor Investe mostra que dos 3,6 mil fundos de previdência existentes em 2023, 98% renderam mais do que o IPCA daquele ano.

Segundo especialistas, esse bom desempenho se deve especialmente a dois fatores. Um é o cenário macroeconômico favorável. O outro é a "explosão" de novos fundos, que aumentou a competição e ajudou a reduzir a taxa de administração das carteiras (que representa, na prática, um custo para o investidor).

O cenário atual, de juros altos e **inflação** sob controle, ajuda a explicar o bom desempenho dos fundos de previdência, já que muitos deles ainda são de renda fixa e se beneficiam da Taxa Selic acima de dois dígitos.

Em 2023, a diferença do CDI (taxa que segue de perto a Selic e é usada como indexador de muitos produtos de renda fixa) para a **inflação** foi de 8,43 pontos percentuais. Isso significa, portanto, que, se um gestor colocasse grande parte dos recursos do fundo em um título que rendesse perto do CDI (como o Tesouro Selic), já garantiria um ganho acima da **inflação**.

- Nos últimos anos, a **inflação** desacelerou. Em 2021, ela era de 10% ao ano. Depois disso, o Banco Central subiu juros, e o IPCA começou a cair. Esses juros mais elevados contribuíram para que esses produtos tivessem um ganho acima da **inflação** - diz Clayton Calixto, especialista de portfólio da Santander Asset.

Outro fator é o aumento da concorrência. Em 2023, havia quase 3.600 produtos de previdência no mercado. Em 2013, chegavam a 650. Esse aumento da oferta veio junto com uma evolução do próprio setor. E um marco para que isso acontecesse foi a resolução 4.444, de 2015. A norma ampliou os tipos de ativos que cada classe de fundos de previdência poderia ter em seu portfólio, além de mudar os limites de alocação em relação ao valor total da carteira.

Antes dessa resolução, o investimento máximo em renda variável dos planos abertos de previdência era de 49%. Depois, passou a 70% para investidores em geral e 100% no caso dos planos exclusivos para investidores qualificados (aqueles com ao menos R\$ 1 milhão aplicados).

-A resolução (4.444/15) trouxe uma flexibilização da classe de ativos e uma maior permissão de alocação no exterior. Isso deixou o veículo de previdência, que já tinha vantagens tributárias, mais atraente - afirma Fernando Cavallete, especialista de portfólio da Itaú Asset Management.

## PRODUTOS MULTIMERCADOS

Esse desenvolvimento se traduziu, segundo os especialistas, não só em mais fundos disponíveis, mas no refinamento deles. Segundo Calixto, na própria Santander Asset surgiram produtos de previdência multimercados, que alocam seus recursos em outros fundos, em títulos de crédito privado e até em juros no exterior. O mesmo aconteceu na Itaú Asset, segundo Cavallete. Ele explica que, quando a gestora lança um fundo multimercado, replica a estratégia para um produto de previdência: -Assim, o investidor escolhe se ele prefere aplicar por meio da previdência ou do fundo multimercado.

Segundo Estevão Scipilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, há mais flexibilidade, tanto para os gestores adaptarem os portfólios ao cenário macroeconômico, como mais liberdade para os investidores migrarem para outros fundos.

-Hoje todo mundo corre o tempo todo para ser melhor que o vizinho, e o ambiente regulatório permitiu mais flexibilidade aos gestores. Isso tudo faz com que os produtos de previdência tenham rendimentos cada vez mais consistentes - afirma Scipilliti.

Também surgem produtos cada vez mais segmentados, para públicos ou objetivos específicos, explica Carlos Eduardo Gondim, diretor executivo de Vida e Previdência da Porto Seguro: - A flexibilidade é uma palavra importante nessas mudanças na indústria, porque nos permite trazer soluções distintas para atender necessidades diferentes.

## MAIS DIVERSIFICAÇÃO

Para ele, esse aprimoramento dos produtos ajuda a previdência a cumprir um de seus principais papéis: garantir, no futuro, o poder de compra de quem investe nela. Ou seja, bater a **inflação**.

A maior concorrência e a evolução do setor de previdência também se refletiram na cobrança da taxa de administração.

O estudo do Valor Investe mostra que, entre os fundos criados em 2023, a mediana das taxas de administração mínimas é de 0,55% ao ano e a máxima é de 2% ao ano.

Além disso, dos fundos criados em 2023, 31% cobram do investidor a chamada taxa de performance - paga ao gestor quando o desempenho do fundo supera a meta. Esse percentual também vem crescendo.

Segundo Cavallette, da Itaú Asset, na prática, o que esses números mostram é que foram surgindo mais opções de fundos de estratégias mais simples (o que barateou as taxas de administração mínimas), mas, simultaneamente, foram criados fundos mais sofisticados, que cobram mais porque buscam melhor retorno para o investidor. Ele ressalta que, mesmo nesses casos, "o resultado líquido para o cliente é superpositivo." Mas, apesar da evolução da indústria, a previdência privada ainda não é amplamente usada pelos brasileiros. No fim do ano passado, 10,8 milhões de pessoas tinham plano de previdência, segundo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). Isso representa apenas 5,3% da população.

Scripilliti, do Bradesco, reconhece que o caminho pela frente é longo, mas ele vê o copo meio cheio. Ele diz que a previdência tem mostrado uma captação estável, o que mostra que os investidores reconhecem sua importância: - A previdência passou por pandemia, ciclo de juros baixos e altos, mas sempre com consistência de captação líquida positiva.

Para Scripilliti, é importante desmistificar a previdência: -Durante muito tempo tivemos dois fantasmas. O primeiro é o mito de que previdência é só para quem tem muito dinheiro. O segundo é que o produto é muito complexo, com muitas regras, muitos nomes. Eu acho que temos que quebrar esses estigmas que foram criados no passado e tentar simplificar essa discussão.

"O ambiente regulatório permitiu mais flexibilidade aos gestores. Isso faz com que os produtos de previdência tenham rendimentos cada vez mais consistentes"

Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e

## Previdência

"Flexibilidade é importante porque nos permite trazer soluções distintas para atender necessidades diferentes" Eduardo Gondim, diretor executivo da Porto Seguro

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Copom ganha flexibilidade para mexer com os juros - ALEX RIBEIRO

**ALEX RIBEIRO**

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Depois de uma maratona de comunicação de política monetária no encontro de primavera do Fundo Monetário (FMI), em Washington, ficou mais claro que os dirigentes do Banco Central procuraram ganhar mais liberdade para avaliar o cenário econômico antes de decidir o que fazer a partir de agora com a Selic, num ambiente de maior incerteza provocado pelo adiamento do corte de juro nos Estados Unidos, conflitos no Oriente Médio e aumento dos riscos fiscais no Brasil.

Num pronunciamento em um evento da XP Investimentos, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, traçou quatro cenários hipotéticos para a evolução dessas incertezas. "Não é um guidance", esclareceu em outro evento, do Bank of America. Ou seja: não é uma promessa sobre os juros. "Não estamos dizendo que vamos fazer X ou Y."

Mas o BC não deixou o mercado completamente no escuro. Campos Neto cleu uma indicação do que dois desses cenários hipotéticos, caso se confirmem, significam para a Selic que será definida na reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom).

Num deles, a Selic, que se encontra em 10,75% ao ano, poderia cair 0,25 ponto percentual. Se nada mudar em relação ao que observamos hoje, esse é o tamanho de queda do juro mais provável na reunião de maio. Um outro cenário hipotético está vinculado a um de corte de 0,5 ponto percentual. Já foi preponderante, mas as circunstâncias mudaram.

Outros dois cenários estão em aberto e não representam, de antemão, um movimento específico para os juros, como manutenção ou alta. Mesmo sem um vínculo com alguma taxa Selic em particular, porém, esses dois últimos cenários hipotéticos ajudam a entender em que situação estamos na chamada função de reação do Copom. São importantes também porque dão parâmetros sobre quanto, na situação atual, a Selic pode cair até o fim do ciclo de afrouxamento monetário, o chamado "orçamento de

corte".

Na última reunião, em março, o Copom já procurou diminuir um pouco as amarras. Com o aumento das incertezas, encurtou a sinalização futura para corte de juros. Passou a dizer que os juros cairiam em 0,5 ponto apenas na sua próxima reunião, em maio. Antes, desde que começou a cortar a Selic, em agosto, vinha sinalizando baixas de 0,5 ponto percentual para as suas próximas reuniões, no plural.

Essa sinalização de corte de 0,5 ponto para a reunião de maio era condicional-ou seja, só seria entregue se os dados econômicos evoluíssem da forma esperada pelo BC. De lá para cá, porém, a incerteza aumentou. A ata do Copom de março também já antecipava o que o comitê faria se a incertezas aumentassem. O ritmo de corte em maio seria desacelerado, para 0,25 ponto percentual. Um detalhe: a ata dizia que o ritmo de corte poderia ser reduzido sem que isso significasse uma mudança do orçamento de cortes. O BC não diz claramente qual é o percentual de juros que acha mais provável ao fim do ciclo de cortes, mas a sua projeção de **inflação** sugere que seria um percentual acima de 9% ao ano.

Campos Neto, no evento da XP, citou esses dois cenários acima. Disse que, se as incertezas melhorassem e voltassem para a situação anterior, o BC poderia retomar os seus planos e cortar a taxa em 0,5 ponto. Ou sejam

chamado "forward guidance" segue existindo, o que mudaram foram as circunstâncias.

Um segundo cenário citado por Campos Neto descreve a situação atual, em que a incerteza está aumentada, mas não apresenta piora adicional significativa. Nessas condições, haveria a desaceleração no ritmo de cortes. Pelo que foi indicado na ata do Copom, o princípio nesse caso é ir com cautela em meio às incertezas.

O fato de o Copom dizer que vai mais devagar porque as incertezas aumentaram significa que o orçamento de corte de juro será menor? Na divulgação do Relatório de **Inflação** de março, Campos Neto disse o contrário: indo mais devagar, o BC pode inclusive ir mais longe. De fato, não faria muito sentido mudar o orçamento de cortes se o cenário-base do Copom não

mudou - ou se, pelo menos, seus membros não consideram que os riscos negativos para a **inflação** são preponderantes.

Campos Neto mencionou, em Washington, dois cenários hipotéticos que detalham sua visão sobre o assunto. Segundo ele, no cenário três, precisaria uma piora adicional na incerteza para o comitê considerar que o

balanço de riscos para a **inflação** ficou assimétrico, pendendo para o lado negativo. Um quarto cenário mencionado por Campos Neto diz que as incertezas precisaram se materializar para mudar o cenário-base, que hoje ainda mostra que a **inflação** vai convergir para a meta.

Naturalmente, os analistas econômicos podem fazer seus cálculos para checar se, dependendo da piora do balanço de riscos ou do cenário-base, o BC terá que fazer um ciclo menor, manter a taxa em 10,75% em maio ou mesmo promover uma alta de juro. O Copom, porém, não atribuiu nenhuma taxa de juro a cada uma das situações. Vai manter a flexibilidade para, de acordo com a evolução das incertezas e do cenário, tomar a decisão que julgar necessária em cada uma das suas reuniões.

Talvez a informação mais importante que o Banco Central passou, ao citar esses dois últimos cenários, é que hoje avalia que não chegamos a uma situação tão negativa ao ponto de mudar o balanço de riscos ou o cenário-base.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1)**

# Investimentos no PIB dão sinais de fortalecimento no 1º trimestre

**Anais Fernandes**

A trajetória de queda dos juros desde meados de 2023 e as perspectivas melhores para a indústria, a construção civil e o crédito às empresas têm ajudado os investimentos a reagir desde o fim do ano passado, movimento que se intensificou no início de 2024 e eleve levar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) a fechar este ano em alta.

A FBCF é a medida no Produto Interno Bruto (**PIB**) do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação. Em 2023, ela caiu 3%, após ter subido 1,1 % em 2022.

Uma medida da consultoria A.C. Pastore que oferece uma estimativa indireta (uma "proxy") para a FBCF aponta alta de 7% dos investimentos no primeiro trimestre, em relação aos três meses imediatamente anteriores. No mesmo período de 2023, a FBCF caiu 3%.

"Na construção da "proxy", pegamos fatores relevantes que têm dados mensais e, através de um modelo de regressão, colocamos pesos neles e calculamos qual seria a FBCF", explica Paula Magalhães, economista-chefe da A.C. Pastore. "A aderência ao longo da série é boa e isso nos ajuda a ver a direção da FBCF. Mas, para a projeção, usamos também nossos modelos, que são mais robustos e incluem, por exemplo, as taxas de juros."

Por isso, Magalhães diz que uma alta de 7% na FBCF neste início de ano ainda parece exagero. Ela projeta um crescimento menor, mas também forte, ao redor de 4%. Com isso, a projeção para o crescimento da FBCF em 2024 da A.C. Pastore, que já foi de 2%, está em 3,5%.

Alguns dos elementos relevantes para estimar a FBCF são o comportamento da indústria, principalmente da produção de bens de capital (como máquinas), e da construção civil.

A produção de bens de capital avança 3,6% no primeiro bimestre de 2024, ante igual período de 2023, enquanto a produção de insumos típicos da construção civil sobe 4,9%, na mesma base de comparação. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE.

Além disso, a importação de bens de capital, outro sinalizador para os investimentos, cresce a um ritmo bom neste início de ano. O volume dessas importações acumula alta de 14,3% em 2024 até março, de acordo com o Indicador de Comércio Exterior (Icomex) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

"O ano passado foi bem mim. O que puxou para baixo a FBCF foi a produção doméstica. A de bens de capital caiu 11% no acumulado do ano, embora a indústria total tenha ficado praticamente estagnada", diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

No seu último encontro, em março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central notou, conforme a ata, que "o maior apetite na oferta de crédito assim como a redução das taxas de juros e o relaxamento das condições financeiras sugerem um cenário mais auspicioso para o investimento ao longo de 2024, tal como já observado no último trimestre de 2023". Diante disso, o BC também elevou sua projeção da FBCF em 2024 de 1% para 1,5%.

"A demanda tem possibilidade de crescer à frente do que chamamos de renda corrente. E o crédito ajuda a antecipar decisões de investimento. Ou seja, o crédito tem esse poder de trazer para o presente e é capaz de gerar um gasto, hoje, superior à renda circular", explica Cagnin.

O mercado de crédito às empresas foi bastante impactado no ano passado não só pelas taxas de juros elevadas, lembra Cagnin, mas também pelo caso da fraude contábil na Americanas, que deixou os bancos mais cautelosos e restritivos nas concessões.

Neste ano, dados do BC mostram que, no acumulado em 12 meses até fevereiro, as concessões totais nominais aumentaram 5,3%, com incrementos de 1,3% nas operações com pessoas jurídicas e de 8,6% nas com pessoas físicas. As concessões médias diárias em fevereiro avançaram 9,5%, em relação ao observado em janeiro, mas com aumentos de 12,6% no segmento de empresas e de 7,3% no de famílias.

No quarto trimestre de 2023, o **PIB** ficou estagnado, em relação aos três meses imediatamente anteriores, mas a FBCF já tinha subido 0,9%. O avanço foi

puxado, segundo o BC, pela construção, que cresceu 4,2%. Isso, automaticamente, deixou uma "herança estatística" melhor para o desempenho da construção em 2024, indica o BC, que revisou sua estimativa de alta do setor este ano de 1% para 2,5%. Mas há outros elementos.

O mercado de trabalho apertado, a continuidade dos programas habitacionais de baixa renda em todas as esferas governamentais, novas concessões de projetos de infraestrutura e a política monetária menos restritiva tomam o cenário prospectivo positivo para construção civil, "apontando um momento de virada do setor", afirma o Bradesco em um relatório recente.

O banco espera crescimento de 2,3% do **PIB** da construção civil em 2024. Em 2023, o setor caiu 0,5%.

Além do Minha Casa Minha Vida (MCMV), que foi relançado pelo governo, o FGTS Futuro, por exemplo, permite aos trabalhadores com carteira usar contribuições futuras do empregador ao fundo para comprovar renda na compra de imóveis ou reduzir o valor da prestação do financiamento no âmbito do MCMV. "Quer dizer, há diversas medidas alavancando a habitação social", diz Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos da Construção no Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

"A infraestrutura é vital, mas também neste caso há anúncios de investimentos que, se confirmados, devem contribuir para o incremento da FBCF da construção", afirma Castelo.

Neste início de ano, não apenas os insumos típicos da construção civil registram crescimento, como a produção de aços longos e o emprego formal no setor estão no campo positivo, nota o Bradesco. Além disso, a Pesquisa Empresarial do banco corrobora, segundo os economistas, o cenário de retomada da construção.

"Os empresários do setor têm apontado avanço da procura por empreendimentos imobiliários nos últimos meses. Diferentemente de outros ciclos, os custos seguem abaixo da média e preços seguem em alta, mantendo boas margens para o setor. Esses movimentos são espalhados entre os segmentos da construção permitindo um aumento da confiança dos empresários também de forma generalizada", dizem Priscila Trigo, Thiago Angelis e Mayara Santiago no relatório.

Resultados da Sondagem da FGV vão em sentido parecido, segundo Castelo. "No fim de 2023, perguntamos as expectativas dos empresários da construção para o setor em 2024. A maioria estava otimista", diz.

Para Castelo, os desafios para a construção incluem as taxas de juros ainda elevadas e algumas incertezas não resolvidas com a **reforma tributária**. "Mas, a princípio, é um horizonte bastante favorável aos investimentos na construção."

Os economistas do Bradesco estimam que cerca de 1,8 milhão de domicílios passam a ter acesso ao crédito imobiliário quando a taxa de juros do financiamento cai de 11% para 9%. Até fevereiro, taxas de mercado direcionadas ao financiamento imobiliário da pessoa física estavam em 11,2%, segundo o BC.

A perspectiva de queda nos juros ao longo de 2024, ainda que essa trajetória tenha se tornado mais incerta nos últimos dias, deve contribuir para o crescimento da FBCF como um todo no ano, segundo Magalhães, da A.C. Pastore. Ela mudou sua estimativa de Selic ao fim dos cortes em 2024 de 9,25% para 10%, mas isso, diz, deve afetar os investimentos mais em 2025.

"A perspectiva para este ano é favorável. As taxas de juros vêm caindo desde meados do ano passado, mas leva pelo menos seis meses para isso chegar às taxas de financiamento. O BC tem sinalizado que vai desacelerar os cortes, mas [o movimento de reduções anteriores] ainda vai bater nas taxas de financiamento", diz Cagnin, do Iedi.

Ainda que a FBCF cresça em 2024, a taxa de investimento em relação ao **PIB** deve ficar estável em 16,5%, pondera Magalhães.

"Não sabemos se as novas medidas do governo para incentivar a produção serão bem sucedidas", afirma. E a própria **reforma tributária**, lembra, está pendente de regulamentação. "Isso vai ser positivo, mas não tanto no curto prazo. Qualquer coisa que a gente possa fazer para diminuir o ambiente de incertezas, seja na parte fiscal, seja em relação às empresas de capital misto, vai na direção de aumentar o investimento no país", afirma.

"É um horizonte bastante favorável aos investimentos na construção"

Ana Maria Castelo

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849?page=2&section=1>



# Mercado agora vê Selic a 9,75% no fim de 2024 com piora no cenário

**Gabriel Roca e Arthur Cagliari De São Paulo**

O aumento das incertezas locais e externas desencadeou uma onda de revisões para a trajetória da Selic nas últimas semanas. Embora o mercado se encontre muito dividido sobre o tamanho do corte de juros que virá na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, a mediana das previsões para a taxa básica ao fim de 2024 teve um salto expressivo. Ao mesmo tempo, as perspectivas para o câmbio também pioraram, subindo de R\$ 5 para R\$ 5,10 no término do ano.

Em levantamento feito pelo Valor com 93 instituições financeiras, 50 disseram esperar que o Copom mantenha a orientação fornecida em sua última decisão e corte as taxas de juros em 0,5 ponto percentual em maio. As outras 43 já apostam em uma redução no ritmo de afrouxamento para 0,25 ponto. A taxa está atualmente em 10,75% ao ano.

Mais notável ainda é a mudança na percepção dos agentes sobre o espaço que o Banco Central (BC) tem para seguir reduzindo a Selic em 2024 e em 2025. Se, na pesquisa anterior, feita pelo Valor em março, a mediana das estimativas para a taxa de juros no fim do ciclo se encontrava em 9%, agora a indicação é de 9,75%. O patamar é superior também ao observado no Boletim Focus, atualmente em 9,13%. A trajetória para os juros básicos no fim do ano que vem seguiu a mesma direção e avançou de 8,5% para 9%.

A onda de revisões ocorreu em um intervalo de pouco mais de dez dias. A surpresa de alta com o índice de preços ao consumidor americano se juntou a novas evidências de que a economia americana segue forte, empurrando cada vez mais para frente as apostas sobre o início dos cortes de juros nos EUA. Simultaneamente, a escalada nas tensões no Oriente Médio sustentou os preços do petróleo. E, no ambiente doméstico, a revisão da meta fiscal levou a uma piora na percepção de risco sobre a sustentabilidade das contas públicas.

Com a deterioração do cenário de riscos em múltiplas frentes, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, veio a público, na semana passada, desenhar um mapa com quatro cenários possíveis para os próximos passos da política monetária no Brasil. Na prática, na avaliação dos agentes, o dirigente buscou se desfazer

da orientação de política monetária indicada no **comunicado** da última decisão, de que o comitê via como apropriado mais um corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic.

Segundo o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, a fala de Campos Neto será bastante útil para guiar os agentes no curto prazo. "Se as incertezas do mercado não diminuirmos, tudo indica que haverá uma redução no ritmo dos cortes de juros aqui no Brasil. Vi a fala como muito importante porque em um regime de metas de **inflação**, é fundamental que a autoridade monetária tenha sempre um "forward guidance" [indicação futura] muito atualizado e que leve em conta a realidade dos fatos. O "guidance" [projeção] do **comunicado** e da ata pós-Copom fazia referência a um mundo que não existe mais", afirma.

Para ele, outro fator que sinaliza que há um reconhecimento, por parte dos economistas de que o espaço para os cortes de juros diminuiu é o recente movimento de elevação nas projeções de **inflação** para 2025 no Focus.

"Acredito que uma parcela dos economistas vai continuar revisando para cima as projeções de **inflação** para 2025. O hiato [do produto, medida de ociosidade da economia] está fechando mais rápido do que se previa. Existe uma discussão sobre o processo de desinflação no Brasil ter menos impulso atualmente. Isso mostra que o espaço para cortes de juros é menor do que se supunha há meses. Eu também achava que podia cortar mais, mas a realidade mudou. Além disso, a trajetória fiscal, gera mais preocupação", diz.

Segundo Oliveira, desde o início do ciclo de cortes o BC apontou que o juro permaneceria em território contracionista. "Acredito que agora deve ser mais contracionista ainda. Nunca houve plena convergência das expectativas. O que o BC fez foi um ajuste inicial, cortou o juro em 3 pontos, e agora deve começar um ajuste fino. Acredito que esse ajuste será de mais 1 ponto, dividido em quatro reuniões", projeta.

Para a economista-chefe da Ar-mor Capital, Andréa Damico, se a decisão do Copom fosse hoje, o mais provável seria uma redução no ritmo dos cortes. No entanto, caso o câmbio voltasse a um patamar mais próximo dos R\$ 5,10, o cenário permitiria que o BC

cumprisse sua orientação reduzisse a Selic em 0,5 ponto percentual.

"Não revisamos [a projeção para a Selic] para um corte de 0,25 ponto percentual porque entendemos que estamos em um momento de muita volatilidade no mercado. Não consigo imaginar que o câmbio irá se estabilizar na faixa dos R\$ 5,30. Temos elementos para que retorne aos R\$ 5,10 e precisamos esperar o desenrolar desses eventos para ter uma convicção maior", afirma Damico.

Na visão da economista, no vetor externo, há pouca margem de melhora, já que os sinais dos EUA são de economia ainda resiliente e menos cortes de juros pelo Federal Reserve, o banco central do país. No entanto, há fatores locais que poderiam contribuir para uma distensão dos ativos e retomar a possibilidade de um corte de 0,5 ponto percentual em maio.

"Aqui dentro, existe algum potencial de reação. Vimos a notícia da distribuição dos dividendos extraordinários da Petrobras, na direção correta. Pode haver discursos mais firmes em relação à credibilidade fiscal, esse seria também um bom momento para algum anúncio de projetos de "spending review" [revisão de gastos]. Não voltaríamos para o cenário de um mês atrás, mas alguma capacidade de reação existe, e poderíamos ver alguma melhora na margem, como ocorreu na quinta e na sexta-feira." Na pesquisa realizada pelo Valor, a mediana das 90 casas que responderam sobre o câmbio indicou uma projeção de dólar em R\$ 5,10 no fim de 2024. O estrategista do BBVA para América Latina, Alejandro Cuadrado, diz ter posição em real contra o dólar porque acredita que a moeda brasileira pode se valorizar. "Em algum momento, as coisas nos EUA devem esfriar e a indicação de corte nas taxas americanas pode ajudar tanto o mercado de juros brasileiro quanto o de ações", afirma.

O estrategista diz ter entrado na posição comprada em real quando o câmbio bateu em R\$ 5,18, com objetivo de R\$ 5,05. "Olhando para os gráficos, você percebe que pode ter um movimento bom para o real pela frente, exceto se houver correções globais de risco. E como não espero que algo assim se materialize, vi espaço para ficar comprada em real." Ele diz que a recente alta dos juros de mercado no Brasil jogou contra o desempenho da moeda. "O real tinha, assim, um apelo falso, porque [a alta dos juros] não estava a favor de quem estava aplicado [apostando na queda] em juros e também jogava contra quem estava comprando ações." Para Cuadrado, é preciso lembrar a importância desse mercado de ações para o desempenho do real. "Desde a crise que houve nos anos de 2015 e 2016, os investidores estrangeiros abandonaram a renda fixa brasileira e nunca voltaram

ao tamanho que já tiveram. Por outro lado, o mercado de ações se desenvolveu bastante", diz.

Essa visão mais construtiva com o real, porém, só vale em um ambiente em que a crise geopolítica não ganhe proporções maiores e o BC não se torna mais cauteloso pela questão fiscal. "Se as coisas esfriarem até a reunião do Copom, acho que o BC vai manter o que prometeu e cortar 0,5 ponto percentual. Depois, na reunião seguinte, deve passar a cortar 0,25 p.p", diz, complementando que nesse cenário estima uma Selic a 9,5% no fim deste ano.

"O risco é se o BC cortar 0,25 ponto percentual já na próxima reunião e reforçar a preocupação com o fiscal, voltando a fazer pontuações duras sobre esse tema, como fez no começo do governo Lula. Nesse caso, poderemos voltar a ter ruídos entre o governo e o BC." A recente depreciação do real, na avaliação de Luca Mercadante, economista da Rio Bravo Investimentos, está atrelada mais ao maior prêmio de risco embutido na moeda, seja por incertezas em torno dos cortes de juros nos EUA, seja pelas tensões geopolíticas ou pelas dúvidas em torno da sustentabilidade da dívida pública brasileira. "Neste último caso, o arcabouço já não era muito crível. Se observar o que era colocado como meta do governo e o que o relatório Focus tinha como expectativa, havia uma discrepância", diz. "O mercado não comprava completamente a trajetória que o governo queria impor para as contas públicas, mas esse arcabouço funcionava como uma espécie de âncora, e agora ela foi prejudicada." Ainda que seja recente o aumento de prêmio de risco no câmbio, Mercadante não descarta a chance de o movimento se estender e ofuscar o fluxo comercial mais positivo neste período do ano com exportações de grãos. "Não estamos tendo um problema com a balança comercial, mas com um maior prêmio de risco. Esses eventos que mencionei não são estáticos. Pode ter uma piora na guerra, que afete a produção de petróleo; o Fed pode indicar que cortes de juros neste ano não vão ocorrer; da mesma forma, mudanças adicionais no arcabouço fiscal podem piorar a perspectiva da evolução da dívida."

"Não consigo imaginar que o câmbio irá se estabilizar na faixa dos R\$5,30" Andrea Damico

R\$ 5,10 é a nova mediana das projeções para o dólar

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187849>

# Evento extremo pode levar mais de 3 milhões de brasileiros à pobreza

**Andrea Vialli Para o Valor, de Salvador**

Os eventos de clima extremo podem colocar de 800 mil a 3 milhões de brasileiros na pobreza, segundo o Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o Brasil, divulgado em maio de 2023 pelo Banco Mundial - globalmente, esse número pode chegar a 3 bilhões de pessoas.

Os mais vulneráveis tendem a empobrecer em razão da perda da produtividade do trabalho, especialmente braçal, devido ao calor, e da pressão inflacionária que deverá recair sobre itens essenciais, como alimentos e energia. Segundo estimativa do Banco Central Europeu com a Universidade de Potsdam, na Alemanha, as mudanças climáticas podem elevar a **inflação** global de alimentos em até 3,2% ao ano; o impacto projetado para o Brasil é de 1,9% ao ano dentro de uma década.

"O que está em discussão é que os mais ricos, além de contribuírem mais para o aquecimento global em razão do seu estilo de vida, também têm maior resiliência aos desastres naturais e à **inflação** causada por alterações climáticas", diz Maitê Gauto, gerente de programas da Oxfam Brasil. Estudo da organização, presente em 81 países, aponta que o 1% mais rico da população é responsável por 16% das emissões de CO<sub>2</sub>, o equivalente às emissões de 5 bilhões de pessoas.

Exemplos da vulnerabilidade aos eventos climáticos não faltam no Brasil. No início de janeiro, fortes chuvas atingiram a zona norte do Rio e a Baixada Fluminense, deixando 11 mortos e centenas de desalojados e desabrigados. Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, creditou parte da tragédia ao "racismo ambiental e climático". Não por acaso, os municípios afetados pelas inundações na baixada estão entre as regiões mais pobres do Brasil, de acordo com o estudo Mapa da Nova Pobreza, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O entorno de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no Rio, está entre as cem regiões mais pobres do país. Nessas duas cidades, 33,2% e 30,4% dos moradores, respectivamente, têm renda domiciliar per capita de até R\$ 497.

Em um país com 11,4 mil favelas, onde 16,6 milhões (8% da população brasileira) estão em condições precárias de habitação e saneamento, o avanço

acelerado das mudanças climáticas pode agravar ainda mais as condições de vida dessas pessoas. "As 11 mil favelas significam a ausência completa de planejamento urbano. Além disso, é clara a interseção de questões raciais e ambientais, visto que essa população é majoritariamente negra", afirma Helio Santos, presidente do Conselho do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra).

Segundo especialistas, o combate ao racismo ambiental demanda que políticas públicas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas sejam aliadas das políticas de desenvolvimento. Santos propõe a criação de um fundo com recursos do financiamento climático internacional para "invadir" as favelas - mas de um jeito diferente. "Proponho invadir as comunidades com políticas habitacionais, educacionais, de geração de renda, esporte, lazer e cultura, porque a degradação ambiental e a social andam juntas. Então, precisam ser combatidas de forma conjunta." Em março, 19 organizações e movimentos sociais lançaram um documento com sete princípios e 14 diretrizes para apoiar gestores públicos na elaboração de planos de ação climática que levem em consideração o combate às desigualdades. Os "Princípios e Diretrizes para o Enfrentamento ao Racismo Ambiental no Brasil" apontam que os eventos climáticos extremos têm atingido de forma mais aguda as populações negras, periféricas, territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses.

A iniciativa, liderada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), visa contribuir com a revisão do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, que está em andamento. "Entendemos como uma oportunidade para os gestores pensarem nas questões raciais diante da crise climática flagrante", diz Cristiane Ribeiro, membro do colegiado de gestão do Inesc. As organizações envolvidas levaram o plano para a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

"Os mais ricos têm maior resiliência a desastres naturais e **inflação** causada por alterações climáticas" Maitê Gauto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187849>

# Gasto obrigatório cresce e pode causar 'apagão' no governo

ORÇAMENTO A projeção de gastos feita pela equipe econômica para os próximos anos mostra que o aumento de despesas obrigatórias, entre elas os benefícios previdenciários, os pisos constitucionais de saúde e educação, vão pressionar cada vez mais o arcabouço fiscal, aprovado no ano passado.

De acordo com economistas ouvidos pelo jornal O Estado de São Paulo, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá de escolher entre o arcabouço e a manutenção dos gastos mínimos com saúde e educação - que entraram na mira da equipe econômica, mas que são defendidos por outros setores do governo.

Essas despesas têm regras que as fazem crescer num ritmo mais acelerado do que o limite do próprio arcabouço. A nova âncora determina que os gastos podem crescer 70% do aumento da arrecadação, num intervalo entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da **inflação**. Isso significa que, mesmo que a arrecadação dispare, o aumento total de despesas não pode ultrapassar o teto de 2,5%.

As despesas com saúde e educação terão um crescimento real (acima da **inflação**) de até 4% ao ano até 2028 acima, portanto, dos 2,5% da âncora geral, segundo estimativas feitas pelo economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, e informações do Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Para a Previdência, os dados divulgados pela equipe econômica também indicam alta real acima do teto.

Só com a saúde, os gastos mínimos devem consumir todo o espaço das despesas discricionárias (não obrigatórias) no Orçamento até 2028, mantidas as regras e os parâmetros atuais - não sobrando mais nada para investimentos em outras áreas, incluindo o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o funcionamento de universidades federais, o programa de escolas em tempo integral, o Auxílio Gás e até despesas para manter os ministérios funcionando no dia a dia.

"Em algum momento, o crescimento das despesas irá inviabilizar o limite de gastos previsto no novo arcabouço fiscal", disse Fábio Serrano para a reportagem. "A discussão do Orçamento de 2026, a partir de abril de 2025, poderá trazer esse debate. Mas

vejo uma preocupação crescente do mercado de que esse debate seja antecipado para 2024", seguiu.

A Constituição determina um gasto mínimo com saúde e educação atrelado à receita. A saúde tem 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) e a educação tem garantia de 18% da Receita Livre de **Impostos** (RLA). Os mínimos ficaram congelados durante a vigência do antigo teto de gastos, mas voltaram a valer com a aprovação do arcabouço fiscal. A Previdência, por sua vez, tem uma parcela do seu gasto vinculada ao salário mínimo, que cresce pela regra da **inflação** do ano anterior, mais o **PIB** de dois anos antes.

O risco, se nada for feito, é que os ministérios sofram um "apagão orçamentário". Para os investimentos, o arcabouço garante um patamar mínimo, mas o restante - ou seja, o custeio da máquina - ficaria sob risco. A parte do Orçamento que ficaria sem dinheiro inclui o funcionamento de universidades federais, o programa de escolas em tempo integral, o Auxílio Gás e até despesas para manter os ministérios funcionando no dia a dia.

A equipe econômica enfrenta resistências internas para rever os pisos. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, se posicionou a favor da manutenção da regra atual. O Ministério da Educação foi pro -curado pela reportagem, mas não se posicionou. O Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que os parâmetros do projeto da LDO foram elaborados à luz das regras vigentes. O Ministério da Fazenda não se manifestou.

Se trajetória for mantida, vai faltar recursos para manter ministérios funcionando

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/proDUCTION/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Duas rodas em alta na busca de renda extra

**Paulo Renato Nepomuceno e Arthur Falcão\***

A possibilidade de fazer uma renda extra fez a motociclista Thamires Ramos repensar a atuação secundária do serviço sobre duas rodas e aderir à pilotagem como profissão. Ela, que comprou uma moto no início do ano, abandonou o emprego no comércio para viver da renda de motorista de aplicativo nas ruas do Rio.

- Comprei a moto para ter uma renda extra, mas abri mão para ter flexibilidade de horário, estudar e conseguir treinar - diz ela, que também dá aulas de karatê.

Com apenas três dias de bom movimento, Thamires já consegue quitar a prestação mensal da moto, que foi adquirida em quatro anos de parcelas. Na ponta do lápis, os gastos com combustível e manutenção giram em torno dos R\$350 por semana, enquanto o trabalho rende R\$ 6 mil mensais com expediente de cinco horas diárias.

A história da carioca é parecida com outras milhares espalhadas pelos mais diversos CEPs do país. Além daquelas que querem fazer uma renda adicional em serviços de entrega - que continuam em alta desde a pandemia - ou atuar como motorista de transporte por aplicativo sobre duas rodas, há aqueles que usam as motos buscando fugir de ônibus e trens lotados para chegar ao trabalho.

- A moto permite sair da aglomeração no transporte público. Possibilita uma mobilidade individual mais barata, porque reúne o preço do combustível, a facilidade de deslocamento e o menor custo de estacionamento - pontua Marcos Bento, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares, que representa marcas com fábricas no Polo Industrial de Manaus.

Segundo a associação, de 2019 até 2023 a produção de motocicletas no Brasil saltou de 1,1 milhão para 1,57 milhão, um crescimento de 42%.

O número é o maior desde 2013, quando Manaus registrou produção de 1,67 milhão de unidades.

**MAIS EMPLACEMENTOS** Houve ainda o maior crescimento de emplacamentos de motos desde 2021, taxa superior que a de carros, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores.

No ano passado, foram emplacadas 1,58 milhão de motocicletas no país, aproximando-se do número de carros (1,72 milhão).

Já são 27 milhões de motos circulando no país. Em fevereiro de 2020, mês anterior às restrições globais causadas pela pandemia, o número chegava a 23,3 milhões. No ano passado, o IBGE calculou em 1,5 milhão o número de motoristas de apps ou entregadores no país. Pesquisa realizada em 2023 pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia, que reúne empresas como Uber, iFood, Zé Delivery e 99, e pela Cebrap, informou que rodavam pelas ruas do país 385.742 entregadores sobre motos, além de 1.274.281 motoristas de aplicativo, entre motos e carros. Dos entregadores, 45% tinham o delivery como complemento de renda. Já 28% vinham de situação de desemprego.

**Corridas de mototáxi dobram no Rio**

Estudo da Fundação Getúlio Vargas divulgado na semana passada mostra que o impacto do trabalho dos motociclistas da 99 Moto gerou R\$ 2 bilhões de renda em 2023, em 114 mil postos de trabalho. Capitais do Brasil tiveram impacto direto no **PIB** com o serviço, com o aplicativo sendo responsável pelo produto em 0,32% em Fortaleza, 0,19% em Manaus e 0,35% em Recife. A modalidade de corridas sobre duas rodas pelo app está disponível em 3.300 municípios brasileiros.

A empresa informou que, em 2023, o número de corridas de moto dobrou no Rio, com 59% dos clientes sendo mulheres.

E o número de motos no país pode crescer ainda mais.

Para este ano, as empresas apresentam uma projeção de alta de 7% na fabricação de novos modelos na comparação com 2023. A meta, é voltar a atingir a marca de 2 milhões de unidades produzidas por ano.

Um dos pontos que turbinam o mercado de motocicletas é o custo-benefício. Na ponta do lápis, um modelo popular possui autonomia de 40 quilômetros por litro de gasolina, quase três vezes mais que um carro de entrada. Com isso, um trabalhador que se desloca dez quilômetros até o trabalho gasta, em dois dias, um pouco mais que o preço de uma passagem de ônibus.

Nas 26 capitais e Distrito Federal, a média da tarifa dos ônibus é de R\$4,50. O litro da gasolina está em R\$5,76. Logo, o gasto com combustível sobre duas rodas representa 78% do preço de uma viagem só de ida por ônibus.

PESQUISA Trabalho de motociclistas gerou renda de R\$ 2 bilhões em 2023

SAIBA COMO FINANCIAR COMPRA, ESCOLHER O MODELO IDEAL E GASTAR MENOS COMBUSTÍVEL

**LINHAS DE CRÉDITO - Santander:** O banco financia motos a partir de 125 cilindradas, de modelos zero quilômetro até 10 anos de fabricação. O financiamento é no modelo CDC (Crédito Direto ao Consumidor), com juros a partir de 1,18% ao mês e carência de 45 dias para começar a pagar. A contratação acontece direto nas concessionárias, nas transações entre comprador e vendedor particular ou nos canais digitais do banco. Há descontos variáveis na taxa de juros para quem busca uma moto ou scooter para trabalhar.

- Caixa: A linha de financiamento tem taxas de juros a partir de 1,59% ao mês (motos elétricas) e 1,96% ao mês (motos à combustão). O cliente pode financiar até 70% da moto, seja nova ou usada, a depender da sua avaliação de risco, parcelados em até 48 meses, sem previsão de carência. A contratação acontece nas agências da Caixa. Não há vantagens para quem planeja trabalhar com a moto.

- Banco do Brasil: O crédito está disponível para contratação pelo App BB, Internet Banking ou em nas agências. A carência é de 59 dias para começar a pagar. O banco não detalhou os juros, e informou que as condições variam de acordo com o perfil do cliente.

- Bradesco: O banco tem opções de financiamento para modelos zero quilômetro ou com até seis anos de uso, desde que a partir de 450 cilindradas e com valor superior a R\$ 17 mil. A carência é de 60 dias.

De acordo com o site, os juros variam de acordo com o perfil do cliente.

COMO SELECIONAR O MELHOR MODELO?

- Atenção aos detalhes: antes de qualquer coisa, é preciso pensar no grau de experiência que se tem com motocicletas, e pensar nas características. Um banco mais baixo, por exemplo, permite que o piloto iniciante, ao parar, se equilibre com ambos os pés no chão, o que dá mais segurança. Além disso, modelos mais leves tornam mais fácil se acostumar a pilotar, já que são mais simples de se equilibrar, direcionar, frear e acelerar, inclusive durante curvas.

- Potência: quando se trata da primeira moto, o recomendado é evitar categorias de altas cilindradas. Esses veículos são excepcionalmente leves e, com pouquíssimo torque no acelerador, conseguem arrancar em alta velocidade.

- Trabalho: a moto pode ser um instrumento de trabalho para motoboys, entregadores ou qualquer função remunerada que exija agilidade no trânsito, economia e possibilidade de instalação de bagageiro. Para estes, as streets (categorias urbanas, geralmente disponíveis entre 125 e 200 cilindradas) são a pedida ideal. Elas também são uma boa opção para quem precisa da moto para se locomover de casa ao trabalho, por exemplo.

- Lazer: as recomendadas para passeios pavimentados são as customs e, para longas viagens ao horizonte, as tourings são mais adequadas.

Para os apaixonados por trilha, existem as de suspensão elevada, pouca lataria e pneus prontos para rodar em qualquer terreno.

- Dia a dia: para quem precisa de mobilidade e economia de combustível, mas com um orçamento restrito, as scooters são uma opção, já que são ágeis e econômicas.

COMO ECONOMIZAR COMBUSTÍVEL?

- Pneu calibrado: é importante manter o pneu sempre calibrado. Segundo algumas pesquisas, pneus murchos levam a um gasto até 4% maior de combustível, além de não garantir a segurança necessária da moto.

- Não acelere com a moto parada: alguns motociclistas têm a mania de acelerar a moto enquanto estão parados, mas isso leva a um consumo maior de combustível e também prejudica o sistema mecânico.

- Sem ponto morto: o mau uso da embreagem também faz o gasto de combustível aumentar de forma desnecessária. Por isso, o condutor deve deixar a marcha sempre engrenada nas descidas, evitando deixar a moto em ponto morto enquanto dirige.

- Não aqueça o motor: não é necessário aquecer o motor antes de sair, já que a maioria das motos possui um sistema de injeção direta, o que faz com que ela seja aquecida no movimento. Além de evitar desperdício de combustível, isso também ajuda na conservação das peças.

- Filtros limpos: manter o filtro de ar limpo melhora o desempenho da motocicleta e, conseqüentemente,

também auxilia na economia de combustível..

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Indicadores do Cenário Internacional - SAUMÍNEO NASCIMENTO

## SAUMÍNEO NASCIMENTO

Abordarei neste artigo algumas informações econômicas do cenário internacional, pois como vivemos em uma economia interconectada e globalizada.

Assim, os eventos que ocorrem no exterior afetam o nosso país. Evidentemente que o grau de afetação depende da intensidade das relações comerciais que o Brasil tenha com as referidas economias. Também apontarei dados sobre o Brasil a partir de cenários produzidos por organismos internacionais.

No cenário internacional, o destaque recente foram os dados da **inflação** ao consumidor (CPI) de março dos Estados Unidos (EUA), divulgados no dia 10/04/2024 e apontaram que a taxa de **inflação** anual nos Estados Unidos ficou em 3,5% em março, de acordo com o último relatório do Bureau of Labor Statistics. A **inflação** aumentou em comparação com a taxa anual de fevereiro de 3,2% e superou a variação dos analistas. Em termos mensais, o índice de preços ao consumidor (IPC) aumentou 0,4%. Mais de metade do aumento foi atribuído ao aumento dos preços da habitação e da gasolina.

O Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos) divulgou no dia 10/04/2024, a ata da reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto que foi realizada de 19 a 20 de março de 2024. Cabe registrar que as atas de cada reunião regularmente agendada do Comitê são geralmente publicadas três semanas após o dia da decisão política. As descrições das condições econômico-financeiras contidas na referida ata baseiam-se exclusivamente nas informações que estavam à disposição do Comitê no momento da reunião.

O Federal Reserve votou por unanimidade para manter a taxa de juro paga sobre os saldos das reservas em 5,4%, em vigor a partir de 21 de março de 2024.

O Banco Mundial lançou no dia 10/04/2024, um estudo em que afirma que a economia brasileira deve crescer 1,7% em 2024. Segundo a instituição, o percentual é menor do que a estimativa para 2023, de 2,9%, e mais baixo do que o esperado para 2025, de 2,2%. Os dados são da equipe do economista-chefe para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial,

William Maloney.

Segundo o Banco Mundial, a expectativa de crescimento para a economia da região (América Latina e Caribe), de 1,6% em 2024, é semelhante à brasileira. Para 2025 e 2026, espera-se um crescimento do Produto Interno Bruto, **PIB**, de 2,7% e 2,6%, respectivamente.

Comparados com as demais regiões do mundo, esses percentuais são os mais baixos e considerados insuficientes para impulsionar a prosperidade das famílias.

Ainda, de acordo com o novo relatório do Banco Mundial, o crescimento econômico da América Latina e do Caribe estagnou porque a região não enfrentou os obstáculos persistentes que bloqueiam seu potencial.

Entre eles, estão os baixos níveis de educação, a infraestrutura precária e os altos custos de investimento, que também alimentam o descontentamento social.

No quesito de atuação dos Bancos no cenário internacional, destaco que o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), destinou 4 bilhões de euros à Ucrânia desde o início da guerra. Para além do apoio ao setor privado, as suas prioridades estratégicas no país são o apoio à segurança energética, às infraestruturas vitais, à segurança alimentar e ao comércio. Registre-se que diversos outros países receberam recentemente aportes financeiros do BERD.

No cenário internacional, a primeira semana de abril/2024 foi negativa para os ativos de risco no mercado internacional, em meio ao surgimento de novas tensões geopolíticas no Oriente Médio, dados de emprego (payroll) fortes nos EUA e falas conservadoras de membros do Fed (Banco Central Americano).

As questões geopolíticas se acirram e são inseridos novos contornos, com isso, temos novas preocupações sobre a relação entre Israel e Irã que surgiram após um ataque ao consulado iraniano na Síria, onde o governo do Irã responsabiliza Israel. Com o receio de limitação na oferta de petróleo, o preço da



commodity (tipo Brent) voltou a ultrapassar o patamar de US\$ 90 por barril, maior valor dos últimos 5 meses.

O payroll (dados de emprego nos Estados Unidos) registrou a criação de 303 mil vagas de emprego, bem acima do esperado (+215 mil) pelo consenso de mercado e elevando a média trimestral para 276 mil vagas, maior patamar em um ano, reforçando que o mercado de trabalho segue aquecido no país. Já a taxa de desemprego voltou a cair, atingindo 3,8% (ante 3,9% em fev/24), contrariando a expectativa de estabilidade. Apesar dos dados mais fortes de geração de empregos, os ganhos salariais vieram em linha com o esperado, subindo 0,3% no mês e desacelerando para 4,1% em 12 meses (ante +4,3%). Já os dados finais de expectativas para o mês de março indicaram alguma moderação da atividade no mês. Enquanto o índice de produção da indústria dos Estados Unidos caiu para 51,9 pts (ante 52,2 pts), o índice dos serviços atingiu 51,7 pts (ante 52,3 pts), mas ambos acima do nível neutro (50 pts).

Na Zona do Euro, a prévia da **inflação** ao consumidor (CPI) de março surpreendeu positivamente ao desacelerar para 2,4% em 12 meses, ante 2,6% em fev/24. O núcleo do indicador, por sua vez, que desconsidera alimentos e energia, desacelerou para 2,9% (ante 3,1%). Com relação às expectativas, os resultados finais do índice PMI apresentaram movimentos mistos em março. Enquanto o índice da indústria aprofundou a indicação de contração da atividade no setor atingindo 46,1 pts (ante 46,5 pts), o setor de serviços subiu e atingiu 51,5 pts (ante 50,2 pts), melhor resultado desde jun/23.

Por fim, na China, os índices PMI Caixin de expectativas registraram alta em março tanto para a indústria (de 50,9 pts para 51,1 pts) como para serviços (de 52,5 pts para 52,7 pts), sugerindo alguma retomada da atividade no país.

Para entendimento das conceituações apresentadas, importante registrar que PMI é a sigla de Purchasing Manager's Index, que é um indicador econômico utilizado para medir o desempenho e a atividade do setor industrial ou de serviços de um país. Estas são algumas informações que auxiliam no entendimento do atual cenário econômico mundial.

# Empresários preocupados com ajuste fiscal do governo

Empresários de empresas de grande porte brasileiros seguem preocupados com a dificuldade do governo em cumprir a meta fiscal. Com isso, o mercado elevou o grau de alerta para as perspectivas de crescimento da economia, prevendo, agora, dificuldades na expectativa de queda dos juros.

Isso porque o governo pretende repetir em 2025 a meta fiscal traçada para 2024. A finalidade é chegar a resultado de 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**) por dois anos. Ocorre que inicialmente, a previsão era de superávit de 0,5%. O presidente do conselho de administração da Cosan, Rubens Ometto, observa que os obstáculos fiscais podem atrapalhar o avanço da economia, muito embora na sua visão a situação ainda esteja sob controle.

Fábio Barbosa, presidente do Grupo Natura Co, observa que o governo precisa retomar a pauta da reforma administrativa para ser mais prudente e eficiente nos seus gastos, aliviando o peso nos **impostos**. Já o presidente da Multilaser, Alexandre Os-trowiecki, disse que o déficit fiscal não é um caminho sustentável para gerar crescimento e prosperidade, pois se fosse, não haveria por que termos países pobres. Ainda segundo ele, se as contas do governo não fecham, a consequência é uma combinação de aumento da dívida pública, impressão de moeda e **inflação**, o que deprime a confiança no país, suga dinheiro de investimentos produtivos para a ciranda financeira, destrói empregos.

O presidente da rede Petz, Sérgio Zimerman, avalia que o Brasil ainda tem alternativas de arrecadação para abordar suas dificuldades fiscais, mas abre mão delas, como a isenção do imposto de importação oferecida nas vendas de até US\$ 50 pelos sites asiáticos, que dá vantagem aos estrangeiros e prejudica os competidores brasileiros sujeitos a outros **tributos**, na sua avaliação.

## Déficit

Atualmente, o Brasil tem déficit de R\$ 100 bilhões para atingir a meta fiscal de 2025, segundo cálculos do ex-secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. O esforço fiscal para o resultado das contas públicas foi revisto de 0,5% para 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). O Ministério da Fazenda, por sua vez, calcula

que vai precisar de cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras para cumprir a nova meta fiscal de 2025. Segundo Bittencourt, a necessidade de receitas extras cai para perto de R\$ 29 bilhões, caso o governo utilize todos os mecanismos previstos no novo arcabouço, além do pagamento de precatórios fora do teto de despesas autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, o governo entregaria em 2024 um déficit de R\$ 71 bilhões, que representa 0,57% do **PIB**, sem des-cumprir a nova meta de 0%.

**Site:** [https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/04/01-CAPA\\_merged-51.pdf](https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/04/01-CAPA_merged-51.pdf)